

CSN Mineração S.A.
CNPJ nº 08.902.291/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das Notas Explicativas.

Congonhas,05 de dezembro de 2017. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R\$)

ATIVO	Nota	Consolidado		Controladora			Nota	Consolidado		Controladora	
		Explicativa	2016	2015	Reapresentado			2016	2015	Reapresentado	2016
CIRCULANTE						PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.444.089	1.106.265	61.502	550.208	Empréstimos e financiamentos	13	82.044	86.229	82.044	103.430
Contas a receber de clientes	5	626.640	265.023	1.756.840	680.392	Fornecedores		355.259	209.384	348.736	207.308
Estoque	6	466.182	660.531	455.536	549.584	Salários, provisões e contribuições sociais	15	58.647	55.191	58.397	54.913
Impostos a recuperar	8	211.527	145.381	208.882	118.981	Tributos a recolher	15	76.947	313.534	73.367	89.194
Outros ativos	7	48.440	151.418	135.555	1.383.649	Dividendos propostos	12	1.314.226	1.156.800	1.314.226	1.156.800
		2.796.878	2.328.618	2.618.315	3.282.814	Outras contas a pagar	15	203.450	358.410	180.601	342.948
								2.090.573	2.179.548	2.057.371	1.954.593
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	8	179.103	171.619	179.103	171.619	Empréstimos e financiamentos	13	3.138.789	3.362.680	3.138.789	4.573.168
Outros ativos	7	176.407	161.520	176.257	161.325	Provisão para contingências	18	59.343	43.820	59.343	43.820
Investimentos	9	1.084.189	1.036.846	1.229.640	1.068.254	Impostos diferidos	16.b	250.777	87.898	250.777	87.898
Imobilizado	10	6.421.100	6.563.228	6.421.066	6.563.180	Tributos a recolher	15	77.684	75.908	77.684	75.908
Intangível	11	4.274.183	4.282.615	4.274.183	4.282.615	Outras contas a pagar	15	63.850	55.240	63.756	55.068
		12.134.982	12.215.828	12.280.249	12.246.993			3.590.443	3.625.546	3.590.349	4.835.862
TOTAL DO ATIVO		14.931.860	14.544.446	14.898.564	15.529.807	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	20.a	6.103.872	6.103.872	6.103.872	6.103.872
						Reservas de capital	20.c	141.723	141.723	141.723	141.723
						Resultados abrangentes		363.820	357.746	363.820	357.746
						Reservas de lucros	20.f	2.641.429	2.136.011	2.641.429	2.136.011
								9.250.844	8.739.352	9.250.844	8.739.352
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.931.860	14.544.446	14.898.564	15.529.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2016	2015 Reapresentado	2016	2015 Reapresentado
Lucro líquido do exercício		662.844	2.184.702	662.844	2.184.947
Ajustes por:					
Ganho na combinação de negócios	3	-	(2.023.395)	-	(2.023.395)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(45.810)	(5.559)	(179.678)	12.317
Variações cambiais e monetárias		(179.664)	5.562	(334.746)	(17.575)
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	397.929	287.208	411.382	287.070
Juros capitalizados	10.a	(88.120)	(5.589)	(88.120)	(5.589)
Receita de juros sobre empréstimos com partes relacionadas	12	-	(245.700)	-	(245.700)
Amortização custo de transação	13	4.490	3.758	4.490	3.758
Depreciação e amortização	10 e 11	445.781	31.228	445.761	27.711
Perda estimada para a baixa de ativos imobilizados	10	43.323	-	43.324	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	16	315.294	(158.540)	276.528	(120.684)
Outros provisionamentos		(30.717)	(4.303)	(678)	(17.953)
(Aumento) Redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		(369.655)	113.447	(1.079.034)	174.020
Estoques		194.349	(98.882)	94.048	9.285
Impostos a recuperar		(229.674)	(32.684)	(264.997)	(16.231)
Outros ativos		99.466	66.418	1.244.537	32.272
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		148.698	49.275	140.970	(158.152)
Salários, provisões e contribuições sociais		3.456	(6.801)	3.484	(3.933)
Tributos a recolher		83.014	17.222	147.110	(492)
Outras contas a pagar		(130.827)	69.287	(138.136)	(99.758)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(303.982)	-	(107.198)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(402.578)	(260.143)	(433.232)	(260.143)
Juros recebidos sobre empréstimos e financiamentos		-	91.891	-	91.891
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		617.617	78.402	848.659	(146.332)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Caixa proveniente da aquisição/incorporação da Namisa		-	533.770	-	213.355
Dividendos recebidos de ações PN da Namisa		-	326.891	-	326.891
Dividendos recebidos MRS		13.088	-	13.088	-
Aquisição de ativos imobilizados		(250.424)	(34.707)	(250.419)	(34.707)
Aquisição de ativos intangíveis		-	(78)	-	(78)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		(237.336)	825.876	(237.331)	505.461
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Recebimento do principal sobre empréstimos - partes relacionadas		-	185.860	-	185.860
Pagamento do principal sobre empréstimos - partes relacionadas		(4.619)	-	(1.100.034)	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		(4.619)	185.860	(1.100.034)	185.860
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa		(37.838)	14.491	-	3.583
Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		337.824	1.104.629	(488.706)	548.572
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.106.265	1.636	550.208	1.636
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.444.089	1.106.265	61.502	550.208
Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		337.824	1.104.629	(488.706)	548.572
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Investimentos	Lucros a realizar	Dividendos propostos	patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	33.334	-	-	-	-	-	-	(48.936)	(15.602)
Cisão dos direitos minerários de CSN Mineração para a CSN	(1.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.000)
Aumento de capital por meio de trespasse do estabelecimento comercial de Casa de Pedra, Tecar, 8,63% ações da MRS e 60% de ações da Namisa (Nota 3)	15.000	141.723	-	-	-	-	-	-	156.723
Aumento de capital realizado pelo Consórcio Asiático com a integralização de 40% das ações da Namisa (Nota 3)	6.056.538	-	-	-	-	-	-	-	6.056.538
Ajuste ao valor justo do aumento de capital realizado pelo Consórcio Asiático (Nota 3)	-	-	-	-	-	-	(2.022.439)	-	(2.022.439)
Aumento patrimonial reflexo da aquisição de 4,16% das ações da CSN Mineração pela CSN (Nota 3)	-	-	-	-	-	-	2.727.035	-	2.727.035
Aumento patrimonial reflexo da assunção de passivo pela CSN na aquisição do controle da Namisa (Nota 3)	-	-	-	-	-	-	5.570	-	5.570
Ganho no recebimento desproporcional de dividendos da Namisa das ações PN (Nota 3)	-	-	-	-	-	-	195.352	-	195.352
Contribuição dos ativos cindidos - Fernandinho e Cayman (Nota 3)	-	-	-	-	-	-	(547.494)	-	(547.494)
Outros	-	-	-	-	-	-	(278)	-	(278)
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-	-	2.184.947	2.184.947
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	106.801	-	-	-	-	(106.801)	-
Reserva de investimento	-	-	-	1.521.908	-	-	-	(1.521.908)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	507.302	-	-	(507.302)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015 Reapresentados	6.103.872	141.723	106.801	1.521.908	507.302	-	357.746	-	8.739.352
Outros	-	-	-	-	-	-	6.074	-	6.074
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	662.844	662.844
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 20.f)	-	-	33.142	-	-	-	-	(33.142)	-
Reserva de investimento (Nota 20.f)	-	-	-	314.850	-	-	-	(314.850)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (Nota 20.f)	-	-	-	-	-	-	-	(157.426)	(157.426)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	157.426	-	(157.426)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.103.872	141.723	139.943	1.836.758	507.302	157.426	363.820	-	9.250.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A CSN Mineração S.A. (anteriormente denominada Congonhas Minérios S.A.), referida adiante como “CSN Mineração”, “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2007, sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais. A CSN Mineração, em conjunto com suas controladas e coligadas, é denominada também nestas demonstrações financeiras como “Grupo”. O Grupo tem como objeto a exploração da atividade mineral em todo o território nacional e no exterior, compreendendo aproveitamento de jazidas minerais, pesquisa, exploração, extração, comercialização de minérios em geral e de subprodutos derivados da atividade mineral, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque, prestação de serviços de mineração, importação e exportação de minérios em geral e participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social. A Companhia opera e desenvolve suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possui direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático, através de uma rede integrada de logística que permite o transporte do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, até Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O escoamento do minério é feito pelo TECAR, terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O TECAR também presta o serviço de desembarque de granéis sólidos, principalmente, para atender as importações de carvão e coque realizadas pelo seu acionista controlador, Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”). Os preços que vigoram no mercado internacional de minério de ferro são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia. Em 30 de novembro de 2016 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social da Companhia para CSN Mineração S.A. • **Continuidade Operacional:** Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que montam R\$3,2 bilhões, dos quais R\$3,1 bilhões possuem vencimentos no longo prazo, conforme nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. Durante o ano de 2018 são esperados pagamentos de empréstimos, que incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam R\$720 milhões em valores aproximados. Com base nas projeções de fluxos de caixa da Administração que abrangeu o período operacional até dezembro de 2018, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a Administração entende que a Companhia possui os recursos necessários para continuar as suas operações em um futuro razoavelmente estimável de tempo. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade normal das operações. • **Reorganização societária e aquisição do controle da Namisa:** Em 11 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da CSN aprovou o estabelecimento de uma aliança estratégica com um Consórcio Asiático formado pelas empresas ITOCHU Corporation, JFE Steel

Corporation, POSCO, Ltd., Kobe Steel, Ltd., Nisshin Steel Co. Ltd. e China Steel Corp. (“Consórcio Asiático”). A transação consistiu em uma combinação de negócios por meio da qual o Consórcio Asiático contribuiu sua participação de 40% na Namisa para a CSN Mineração. A Companhia, após uma reorganização societária realizada pela CSN, passou a deter, por meio de um aumento de capital realizado em bens, os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR, uma participação de 18,63% na MRS Logística S.A. (“MRS”) e uma participação de 60% no capital da Nacional Minérios S.A. “Namisa”. Subsequentemente, a CSN Mineração adquiriu 40% do capital da Namisa por meio de uma emissão primária de ações, que resultou, ao final da transação, em uma participação de 12,48% pelo Consórcio Asiático no capital da CSN Mineração. Como resultado dessa transação, a CSN Mineração passou a ser gerida por meio de um acordo de acionistas entre a CSN e o Consórcio Asiático, vigente a partir de 30 de novembro de 2015, no qual a CSN figura como acionista controlador por possuir preponderância nas decisões relevantes do negócio. O detalhamento da combinação de negócios está descrito na Nota 3 e um detalhamento dos eventos societários está descrito na Nota 20. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 2.a) Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, perda para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento contábil aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando os CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. Conforme facultado pela Resolução CFC nº1.162/09, a Companhia decidiu não apresentar a demonstração do valor adicionado. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 05 de dezembro de 2017. **2.b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 incluem as controladas e coligada

CSN Mineração S.A.
CNPJ nº 08.902.291/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

demonstradas no quadro abaixo.

•Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2016	31/12/2015	
Participação direta em controladas: consolidação integral			
CSN Mining Holding, S.L. ⁽¹⁾	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Participação indireta em controladas: consolidação integral			
Namisa Europe, Unipessoal LDA. ⁽¹⁾	-	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
CSN Mining GmbH ⁽²⁾	100,00	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH ⁽²⁾	-	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
Namisa Asia Limited	100,00	100,00	Representação comercial

Participação direta em empresas classificadas como coligada: equivalência patrimonial

MRS Logística S.A. 18,63 18,63 Transporte ferroviário

1 - A empresa Namisa Europe, Unipessoal LDA foi liquidada em 29 de Novembro 2016. 2 - Em 03 de fevereiro de 2016, foi aprovada a incorporação da empresa CSN Handel GmbH pela Namisa Handel GmbH e alteração de sua denominação social para CSN Mining GmbH. 3 - Em 12 de Setembro de 2017 a Namisa International Minérios, S.L.U., teve a sua denominação social alterada para CSN Mining Holding, S.L. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação: • **Transações entre controladas e coligada:** Os ganhos não realizados em transações com controladas são eliminados na medida da participação da CSN Mineração na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com a coligada, onde é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial para o custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social. A data base das demonstrações financeiras das controladas e coligada é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. **Controladas:** Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando há exposição ou o direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e existe a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. **Coligada:** O investimento na MRS é classificado como coligada pois a Companhia possui influência significativa, mas não o controle sobre as decisões relevantes do negócio dessa investida. Além da participação de 18,63% na MRS, que incluem ações ordinárias e preferenciais e também uma ação ordinária vinculada ao acordo de acionista, é levado em consideração a influência da Companhia em conjunto com os direitos políticos do acionista controlador CSN, que é membro signatário do acordo de acionistas da MRS. O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. • **Transações e participações de não controladores:** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial. A participação de acionistas não controladores nas demonstrações financeiras decorre do período de 1 mês em que a CSN Mineração deteve o controle unilateral com a participação 40% da Namisa. **2.c) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção dos CPCs. **2.d) Moedas estrangeiras: i. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo. **ii. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado. Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2016, US\$1 equivale a R\$3,2591 (R\$3,9048 em 31 de dezembro de 2015) e €\$ 1 equivale a R\$3,4384 (R\$4,2504 em 31 de dezembro de 2015). Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e são classificados como aplicações financeiras. **2.f) Contas a receber de clientes:** Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas quando aplicável. As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de unidade e teores preliminares de qualidade), valorizadas com base no preço das "commodities" estabelecido pelo "Platts", na data de embarque, conforme estabelece o contrato de cada cliente. Mensalmente, quando aplicável, é efetuada a marcação a mercado para os saldos em aberto, por meio da cotação futura das "commodities" que seriam utilizadas para acerto final, quando da emissão das faturas finais. As faturas finais, que finalizam as operações de exportação e geralmente são emitidas após o recebimento e a análise das "commodities" (aprovação de quantidades, índices de unidade e teores do metal contidos pelos clientes), são valorizadas conforme estabelece cada contrato. O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre. **2.g) Estoques:** Mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O minério de ferro é reconhecido a partir do momento em que há extração física na mina e/ou beneficiamento. É utilizado o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. **2.h) Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, exceto quando provenientes de uma combinação de negócios. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia. **2.i) Combinação de negócios:** O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida. **2.j) Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme Nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado. Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais". Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem: • Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área; • Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos; • Determinação do volume e a qualidade do bem mineral; • Exame e teste dos processos e métodos de extração; • Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura; • Estudos de mercado e estudos financeiros. Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério. A fase de desenvolvimento inclui: • Perfurações para definir o corpo do minério; • Planos de acessos e drenagem; • Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril. Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida. A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado ao invés de estoques. **2.k) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação. Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados. • **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas no valor recuperável (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida. O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional. A Companhia possui uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC, dedicada integralmente à atividade de beneficiamento de minério de ferro, à qual o ágio foi alocado para fins de teste de "impairment". • **Software:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos. **2.l) Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.m) Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para sua liquidação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.n) Benefícios a empregados e participação nos lucros e bônus: i. Benefícios a Empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **Planos de benefício definido:** Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não

reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolso futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado. **ii. Participação nos lucros e bônus:** A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas. **2.o) Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.p) Concessões:** A Companhia possui concessão governamental que engloba serviço portuário. A concessão incluída nas demonstrações contábeis se refere ao terminal de exportação de minério e importação de carvão - TECAR. A concessão da coligada MRS não é divulgada nessas demonstrações financeiras. O contrato de concessão da Companhia não está dentro do escopo do ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, pois o poder concedente não tem o controle efetivo sobre os preços praticados e para quais clientes os serviços são prestados. Na essência, esses contratos de concessão possuem característica de arrendamento operacional. Assim, a contabilização segue as disposições contábeis aplicáveis aos contratos de arrendamento, conforme CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil. Os nossos contratos de concessão preveem o uso de um ativo específico para um período acordado de tempo, mas sem qualquer transferência de propriedade dos bens para a Companhia após o término desses contratos, bem como opção de compra destes ativos a qualquer momento. Desta forma, os pagamentos de arrendamento pelos ativos recebidos no início da concessão são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos. Ativos adquiridos ou construídos são reconhecidos como ativo imobilizado ou intangível de acordo com os parâmetros estabelecidos no CPC27 (ativo imobilizado) e CPC04 (ativo intangível). Esses ativos são controlados pela Companhia - os riscos e benefícios associados fluem para a Companhia. No final do contrato a Companhia será reembolsada pelo poder concedente se houver saldo contábil residual desses ativos. O valor contábil residual desses ativos em 31 de dezembro de 2016 está listado abaixo juntamente com a indicação de sua classificação nas demonstrações financeiras:

Concessão	Valor contábil residual (R\$)	Classificação no balanço
Tecar	1.514 milhões	Ativo imobilizado e Intangível (<i>Software</i>)
MRS Logística S.A. (MRS)	3.576 milhões (1)	Investimento

(1) O valor do ativo imobilizado e intangível foi reconhecido nas demonstrações financeiras da MRS. A Companhia reconhece sua participação nos ativos através do método de equivalência patrimonial. O saldo do investimento na MRS em 31 de dezembro de 2016 é de R\$615.313. **2.q) Capital Social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.r) Reconhecimento de receita:** A receita operacional da venda de minério de ferro no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados e a possível devolução de produtos possam ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. Em virtude das condições individuais do contrato de venda e frete, a transferência dos riscos e benefícios normalmente ocorre na transposição das mercadorias da amurada do navio, no porto de origem. **2.s) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **2.t) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável. **2.u) Lucro/(Prejuízo) por ação:** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, quando aplicável. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico. **2.v) Custos ambientais e restauração de áreas:** A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção. **2.w) Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. **2.x) Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. • **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• **Ativos mantidos até o vencimento:** São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • **Ativos financeiros disponíveis para venda:** São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. • **Reconhecimento e Mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. **ii) Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*). • **Ativos mensurados ao custo amortizado:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a CSN Mineração usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: • dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; • uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; • torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou • dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado. **iii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. • **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui passivos classificados nessa categoria. • **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e fornecedores. • **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.y) Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. A Companhia opera e avalia seus resultados considerando apenas um segmento de negócio: Minério de Ferro. Todos os resultados desse segmento operacional

CSN Mineração S.A.
CNPJ nº 08.902.291/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da Companhia para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliação de desempenho. Dessa forma, nessas demonstrações financeiras não está sendo apresentada a nota de informações por segmento. **2.2) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016:

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
	O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relacionada ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18-Receitas e correspondentes interpretações. Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamentos) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 / CPC 06(R1) - Operações de arrendamento mercantil e o ICPIC 03 (IFRIC 4, SIC 5 e SIC 27) - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros		
IFRS15 - Receita de Contratos com clientes		1º de janeiro de 2018
IFRS16 - Leases (Arrendamentos)		1º de janeiro de 2019
Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 1) Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas		1º de janeiro de 2017.
Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)		1º de janeiro de 2017
IFRIC 22 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento		1º de janeiro de 2018
IFRIC 23 - Incertezas em relação a tratamentos tributários sobre o lucro.		1º de janeiro de 2019

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil A Companhia adotará as normas aplicáveis quando estas entrarem em vigor. Até o momento os impactos das novas normas estão em estudo e avaliação e, por conseguinte, a Administração não consegue determinar os efeitos qualitativos e quantitativos da aplicação dessas normas. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **2.a.a) Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015:** A Companhia está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente apresentadas em 11 de maio de 2016, como consequência de uma revisão detalhada em todos os aspectos da combinação de negócios realizada em 30 de novembro de 2015, na qual as atividades de mineração da CSN foram reestruturadas e concentradas na CSN Mineração S.A. Na referida revisão, foram identificados erros em premissas utilizadas na determinação dos valores justos das entidades envolvidas, bem como na contabilização da cláusula do Acordo de Investimento assinado em dezembro de 2014, que trata dos ativos da Namisa excluídos da transação (Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas - os ativos cindidos). Por esta cláusula, os ativos de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas inseridos na avaliação feita para determinação do valor justo da Namisa deveriam ter sido transferidos diretamente para outra entidade que não a CSN Mineração. Equivocadamente, eles integraram a base do acervo da Namisa integralizados na CSN Mineração para, em ato subsequente, serem transferidos da CSN Mineração para a Minérios Nacional S.A. (“Minérios Nacional”) (atual denominação social de Mineração Nacional S.A). Por fim, a revisão culminou na mudança de interpretação na determinação do ganho ou perda na liquidação da relação preexistente entre empresas adquirente e adquirida conforme preceitua o Pronunciamento Técnico CPC15/ IFRS3. Conforme mencionado na Nota 3, em 30 de novembro de 2015 a CSN Mineração adquiriu o controle da *joint-venture* Namisa e aplicou o CPC15 / IFRS3 para a contabilização da combinação de negócios pelo método de aquisição. A implementação jurídica da operação ocorreu em 30 de novembro de 2015 e se deu pela emissão primária de ações pela CSN Mineração com integralização, pelo Consórcio Asiático, de suas ações detidas da Namisa pós-cisão. Ato subsequente à integralização, CSN Mineração e CSN assinaram um acordo de acionistas da Namisa conferindo o controle unilateral da Namisa para a CSN Mineração nessa mesma data. Com a cisão desproporcional, o percentual do consórcio na Namisa passou a ser de 40,24% e o da CSN de 59,76% (antes da cisão, 40% e 60%, respectivamente). Neste contexto, na sequência, a Namisa pós-cisão foi incorporada pela CSN Mineração, extinguindo o referido acordo de acionistas. A aplicação do método de aquisição na combinação de negócios que havia resultado em ganhos líquidos no montante de R\$2,9 bilhões no resultado do exercício da Companhia, passou a ser de R\$2,2 bilhões após a revisão da transação, e que são compostos da seguinte maneira:

	CSN Mineração (Em R\$ Milhões)	
	Originalmente Publicado	Versão Reapresentada
Ganho na reavaliação a valor justo da participação de 60% já detida na NAMISA antes da transação	2.791	2.516
Ganho (perda) na liquidação de relações pré-existentes	622	(493)
Imposto de renda e contribuição social	(528)	168
Ganhos líquidos	2.885	2.191

Como consequência da referida reavaliação dos aspectos da combinação de negócios que culminou na identificação de erros em premissas utilizadas na determinação do valor justo da Namisa, a Companhia identificou que o preço de compra considerado para fins contábeis, anteriormente de R\$13,4 bilhões, passou a ser de R\$17,4 bilhões conforme demonstrado no quadro abaixo:

Item	Comentário	RS (Milhões)	
		Originalmente Publicado	Versão Reapresentada
Ativos Transferidos	Na transação foi realizado um pagamento no valor de USD707MM.	2.727	2.727
Passivos assumidos	Refere-se a ajuste financeiro de capital de giro e dívida. A CSN Mineração emitiu ações que foram entregues ao Consórcio Asiático.	6	6
Participações societárias emitidas	A CSN Mineração detinha 60% das ações da Namisa antes da combinação de negócios e realizou a sua avaliação ao valor justo.	2.619	4.034
Valor justo da participação detida pelo adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação		8.023	10.700
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		13.375	17.467

(-) Componentes do preço de compra com efeito apenas na Controladora:
Em decorrência da cisão desproporcional dos ativos excluídos da Namisa, a CSN Mineração perdeu 0,2397% do Equity Value remanescente da Namisa.
Após a avaliação do valor justo da Namisa, os ativos excluídos foram cindidos da Namisa e transferidos diretamente para Minérios Nacional. A contraprestação referente a 60% destes ativos não teve efeito na CSN Mineração.
Preço de compra após ajuste de efeitos na Controladora
13.375 **16.119**
Os aspectos que levaram aos ajustes acima no resultado do exercício e no patrimônio líquido da Companhia são os seguintes: a) Premissas de frete marítimo nos laudos que determinaram os valores justos da Namisa e da CSN Mineração; b) Empresas comparáveis utilizadas na determinação da taxa de desconto usada nos laudos de determinação dos valores justos da Namisa e da CSN Mineração; c) Aplicação dos preceitos do CPC15 / IFRS3 relacionados com a liquidação de relações pré-existentes entre as entidades adquirente e adquirida; d) Aplicação da cláusula do Acordo de Investimento que determinava a exclusão de certos ativos (ativos cindidos) da transação; e e) Premissas de frete ferroviário na determinação dos valores justos dos ativos cindidos de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas. A seguir discorreremos sobre cada um dos erros acima e mostramos os seus impactos individuais na combinação de negócios: **• Frete Marítimo** - Ganho adicional no resultado de R\$1.496 milhões e no patrimônio líquido da CSN Mineração de R\$2.315 milhões. Durante o processo de revisão da transação de combinação de negócios, identificamos que os preços dos custos de frete marítimo considerados nos laudos que determinaram os valores justos da CSN Mineração e da Namisa elaborados à época da transação do final de 2015 foram superavaliados e não guardavam uma relação com as curvas históricas quando comparadas com as curvas de preços de minério de ferro e tampouco apresentavam uma continuidade em relação aos preços efetivamente praticados tanto pela própria CSN como pelo mercado em transações àquela época. Novos laudos para determinação dos valores justos foram elaborados para a CSN Mineração e para a Namisa e uma nova curva de preços de frete marítimo foi calculada tomando por base as variações dos preços de petróleo que culminou em uma relação frete/preço de minério mais compatível com os dados históricos e com os preços efetivamente praticados. A alteração da curva de frete marítimo incrementou o fluxo de caixa descontado da CSN Mineração em R\$8,0 bilhões e da Namisa em R\$3,5 bilhões. Este incremento de fluxo de caixa descontado da Namisa gerou um ganho adicional de R\$1.496 milhões na CSN Mineração ao anteriormente apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas em 11 de maio de 2016. **• Taxa de desconto** - perda adicional no resultado de R\$ 48 milhões e ganho adicional no patrimônio líquido da CSN Mineração de R\$362 milhões. Na revisão da combinação de negócios também foi identificado que uma empresa que não guardava relação com as atividades de minério de ferro foi considerada erroneamente na determinação da taxa de desconto do fluxo de caixa. A alteração das empresas pares na determinação da taxa de desconto alterou a taxa de 14,36% para 13,83% na Namisa e de 13,91% para 13,19% na CSN Mineração, gerando um incremento de fluxo de caixa descontado de R\$3,6 bilhões da CSN Mineração e de R\$1,2 bilhão da Namisa. Este incremento de fluxo de caixa descontado da Namisa gerou uma perda de R\$48 milhões no resultado da CSN Mineração, quando comparado com o originalmente apresentado nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, foram reconhecidos R\$362 milhões de incremento diretamente no patrimônio líquido, conforme demonstrado no quadro resumo mais abaixo. **• Liquidação das relações pré-existentes** - Impacto negativo exclusivamente relacionado a parcela pré paga dos contratos operacionais de R\$2.056 milhões no resultado e no patrimônio líquido da CSN Mineração pela reversão de ganho antes dos impostos de R\$1.554 milhões para perda antes dos impostos de R\$1.225 milhões, quando combinado com os demais efeitos relativos aos erros identificados. Nas demonstrações financeiras consolidadas originalmente apresentadas consideramos para fins de cálculo do ganho na liquidação das relações pré-existentes entre as empresas adquirente e adquirida uma comparação dos preços contratuais com os preços praticados no mercado não levando em consideração que uma parte do preço contratual foi pré-paga em 2008 quando da assinatura dos contratos operacionais de ROM (*Run of Mine*) e porto. Na revisão desse procedimento, concluiu-se que a mensuração dos ganhos ou perdas na liquidação dessas relações pré-existentes deveriam ser considerados somente os fluxos de caixa remanescentes desses contratos operacionais. Esta alteração de comparação de fluxos de caixa remanescentes versus preços contratuais e de mercado reverteu o ganho na liquidação das relações pré-existentes de R\$1.554 milhões para uma perda de R\$1.225 milhões. **• Exclusão dos ativos cindidos:** Após reavaliar a Namisa ao seu valor justo à época da transação, os ativos excluídos da transação foram cindidos da Namisa (Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas) para CSN e transferidos para a Minérios Nacional concomitantemente com o acervo principal da Namisa que fora adquirido pela CSN Mineração. Desta forma, esses ativos cindidos não deveriam ter transitado inicialmente no patrimônio líquido da CSN Mineração para posterior transferência à Minérios Nacional, ainda que tenha ocorrido na mesma data da transação, em 30 de novembro de 2015. Desta forma, excluímos quaisquer efeitos referente aos ativos cindidos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, avaliados ao valor justo de R\$2.184 milhões à época da transação. Tais efeitos passaram a ser reconhecidos diretamente na CSN. **• Outros ajustes** - perda no resultado de R\$86 milhões e de R\$165 no patrimônio líquido da CSN Mineração. No laudo de determinação do valor justo elaborado à época da transação que determinou o fluxo de caixa descontado dos ativos cindidos da Namisa, considerou erroneamente um

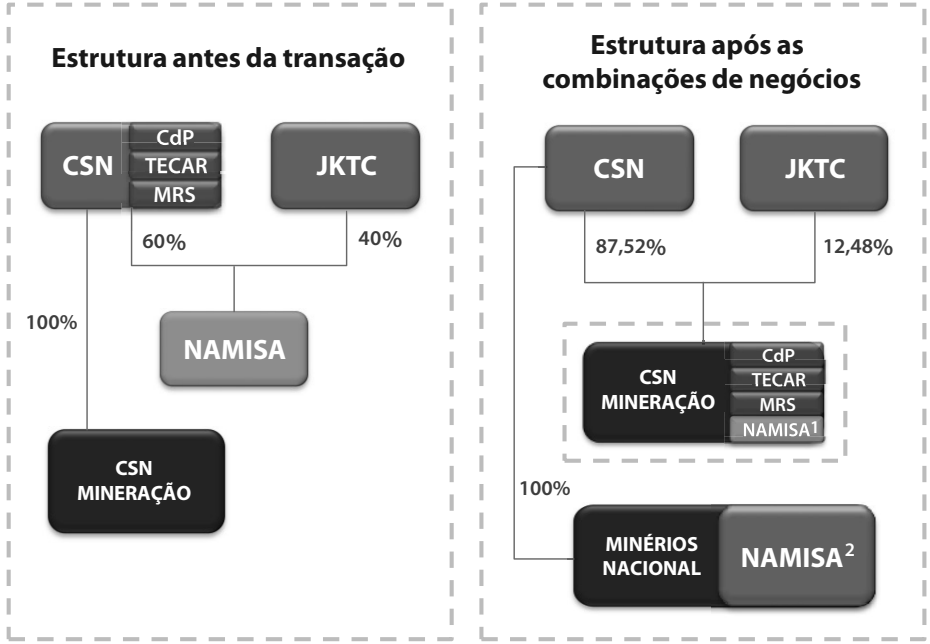
custo de frete ferroviário superavaliado. O novo laudo corrigiu os preços de frete ferroviário praticados pelos ativos cindidos. Os novos laudos também corrigiram efeitos relativos a não inclusão no fluxo de caixa descontado decorrentes da incidência das contribuições CFEM/TRFM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais/ Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários), além de ajustes relativos ao balanço final utilizado como base para avaliação do valor contábil dos ativos da Namisa. A tabela abaixo resume por natureza de evento e qualificação de erro os impactos acima descritos.

	(Em R\$ Milhões)							
	Original- mente Nota	Parcela pré paga dos contratos operacionais	Taxa de Desconto (WACC)	Frete Maríti- mo	Frete Ferro- viário	CFEM e TFRM	Atualização do Balanço de Fechamento	Versão Reapre- sentada
Patrimônio líquido da CSN Mineração antes da combinação de negócios	173	-	-	-	-	-	-	173
Contribuição contábil ref. ativos de CdP, TECAR, MRS e 60% da NAMISA	157	-	-	-	-	-	-	157
Contribuição de capital da CSN Mineração realizado pelo Consórcio	2.619	-	440	975	-	-	-	4.034
Ganho na remensuração dos 59,76% na NAMISA pós cisão	1.859	-	376	1.099	-	-	(86)	3.248
Ganho (perda) na liquidação de relacionamento pré existente	1.554	(2.743)	(566)	530	-	-	-	(1.225)
Impostos sobre ganho (perda) na liquidação de relacionamento pré existente	(528)	687	142	(133)	-	-	-	168
Contribuição de capital pela transferência dos ativos cindidos	(282)	-	(30)	(156)	(74)	(6)	1	(547)
Ativos transferidos e passivos assumidos	2.733	-	-	-	-	-	-	2.733

Patrimônio líquido da CSN Mineração ajustado após a combinação de negócios	8.285	(2.056)	362	2.315	(74)	(6)	(85)	8.741
Ganho na remensuração dos ativos remanescentes e eliminação dos contratos, líquidos de impostos	2.885	(2.056)	(48)	1.496	-	-	(86)	2.191
Efeito via resultado do exercício:	2.885	(2.056)	(48)	1.496	-	-	(86)	2.191

3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - Aquisição do controle da Nacional Minérios S.A. - Namisa e cisão de certos ativos - Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas: 3.1 Objeto da transação: Em 11 dezembro de 2014, o Conselho de Administração da CSN aprovou o estabelecimento de uma aliança estratégica com um Consórcio Asiático formado pelas empresas ITOCHU Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Ltd., Kobe Steel, Ltd., Nisshin Steel Co, Ltd. e China Steel Corp. (“Consórcio Asiático”). A transação consistiu em uma combinação de negócios por meio da qual o Consórcio Asiático contribuiu sua participação na Namisa, pós-cisão de certos ativos (“ativos cindidos” ou “ativos excluídos”), para a empresa CSN Mineração S.A. (ex-Congonhas Minérios S.A.), uma subsidiária de mineração da CSN. Esses ativos cindidos foram ativos líquidos e direitos minerários de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas. Após uma reorganização societária, a CSN Mineração S.A. passou a deter o estabelecimento comercial relativo à mina de minério de ferro Casa de Pedra, a participação de 60% na Namisa, 8,63% de participação direta na MRS, bem como o estabelecimento comercial relativo ao terminal portuário de importação de carvão e exportação de minério em Itaguaí - TECAR. Os ativos cindidos Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas foram contribuídos na Minérios Nacional S.A. (ex-Mineração Nacional S.A.). A transação foi concluída por meio da assinatura de um novo Acordo de Acionistas da CSN Mineração em 30 de novembro de 2015. As seguintes etapas foram realizadas para a conclusão da transação: • Pagamento de dividendos pela Namisa no valor de US\$1,4 bilhão, equivalentes a R\$5,4 bilhões pagos antes do fechamento da transação; • Cisão desproporcional de certos ativos da Namisa: os direitos minerários de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, bem como os ativos líquidos de Fernandinho, para integralização subsequente na Minérios Nacional. Após esta cisão a CSN passou a deter 59,76% da Namisa já sem os ativos cindidos; Reestruturação da CSN Mineração com a transferência dos ativos e passivos da CSN relativos à Casa de Pedra, TECAR, incluindo os passivos relacionados ao estabelecimento comercial, 59,76% das ações da Namisa pós-cisão dos ativos excluídos, 8,63% de ações da MRS e US\$850 milhões em dívidas pela CSN, equivalentes a R\$ 3.370 milhões.; • Liquidação dos contratos preexistentes com a Namisa de fornecimento de ROM (alta e baixa sílica), serviços portuários e beneficiamento de minério; • Aquisição pela CSN Mineração das ações da Namisa pós-cisão dos ativos excluídos detidas pelo Consórcio Asiático, com a incorporação desta pela CSN Mineração; • Assinatura do novo Acordo de Acionistas da CSN Mineração; e • Pagamento pela CSN de US\$680 milhões relativos à aquisição de 4% das ações detidas pelo Consórcio Asiático na CSN Mineração e US\$27 milhões adicionais relativos à aquisição de 0,16% das ações também detidas pelo Consórcio Asiático na CSN Mineração, totalizando US\$707 milhões, equivalentes a R\$2,7 bilhões.

A nova estrutura societária após a transação pode ser demonstrada conforme a seguir:



- 1 Após a cisão dos ativos de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas
2 Ativos cindidos Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas

Considerando a posição dos ativos da CSN Mineração, os aportes do Consórcio Asiático na transação, bem como ajustes decorrentes das negociações entre as partes, ajustes de dívida, caixa e diferença de capital de giro, a CSN e o Consórcio Asiático deram, respectivamente, 87,52% e 12,48% do capital social da CSN Mineração ao final da transação. A transação também inclui um mecanismo de “earn-out”, o qual, no caso de um evento de liquidez qualificado que ocorra dentro de determinados parâmetros de valoração e dentro de um período de tempo acordado após o fechamento da operação poderia diluir, a critério exclusivo da CSN, a participação do Consórcio Asiático na CSN Mineração de 12,48% até 8,71%. Esse mecanismo foi considerado como ativo contingente e não foi contabilizado qualquer ativo relacionado. Uma parte da produção de minério de ferro da CSN Mineração será vendida para os membros do Consórcio Asiático e para a CSN. Esses direitos estão refletidos em contratos de fornecimento de longo prazo celebrados em 30 de novembro de 2015 cujos termos foram negociados em condições usuais de mercado. A Companhia também prestará serviços portuários de importação de matérias primas para a CSN no TECAR por meio de um contrato de longo prazo. **3.2 Aplicação do CPC15 / IFRS3 à transação:** Anteriormente à transação, a Namisa era administrada por meio de acordo de acionistas, sendo que o Consórcio Asiático possuía vetos suficientes que lhe conferiam direitos substantivos na gestão das operações. A Namisa era classificada contabilmente como joint venture dentro do escopo do IFRS 10 e 11. Como já mencionado, a CSN procedeu a uma reestruturação societária transferindo suas operações de mineração, direitos de operar o terminal portuário do TECAR e participações na Namisa e na MRS para a CSN Mineração. Essa etapa da transação foi realizada pelos valores contábeis, pois não houve alteração do controle dos ativos e participações transferidas. A partir da reestruturação, a CSN Mineração passou a ser a empresa que concentra os negócios de mineração da CSN. Como resultado, a Namisa passou a ser controlada integralmente pela CSN Mineração e o Consórcio Asiático passou a deter apenas vetos protetivos em relação aos ativos resultantes da combinação de negócios, usuais nesse tipo de transação. Com a alteração no controle dos ativos da Namisa, o CPC15 / IFRS3 deve ser aplicado. De acordo com os parâmetros dessa regra contábil, a data de aquisição para fins dos registros contábeis foi 30 de novembro de 2015, data em que passou a vigor o novo acordo de acionistas da CSN Mineração. Antes da aquisição, a Namisa foi cindida para separar certos ativos, os direitos minerários de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, bem como os ativos líquidos de Fernandinho, que foram transferidos para Minérios Nacional, sendo o acervo principal adquirido pela CSN Mineração. **3.3 Aplicação do método de aquisição do acervo principal da Namisa:** De acordo com o CPC15 / IFRS3, deve ser aplicado o método de aquisição para o registro contábil da transação. O método consiste em: a) determinar o preço de compra; b) reconhecer o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura; e c) reconhecer um ganho ou perda em relações preexistentes que vierem a ser liquidadas com a combinação de negócios. Na aquisição do controle da Namisa essas 3 etapas são aplicáveis e são detalhadas a seguir. **a) Determinação do preço de compra:** De acordo com o CPC15 / IFRS3, o preço de compra é determinado pela soma dos ativos transferidos, passivos incorridos, participações societárias emitidas, participação de não controladores e o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à transação. O quadro a seguir resume o preço considerado para fins contábeis:

Item	Comentário	RS (Milhões)	Referência
Ativos Transferidos	Na transação foi realizado um pagamento no valor de USD707MM.	2.727	(i)
Passivos assumidos	Refere-se a ajuste financeiro de capital de giro e dívida.	6	(i)
Participações societárias emitidas	A CSN Mineração emitiu ações que foram entregues ao Consórcio Asiático.	4.034	(ii)
Valor justo da participação detida pelo adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação	A CSN Mineração detinha 60% das ações da Namisa antes da combinação de negócios e realizou a sua avaliação ao valor justo.	10.700	(iii)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		17.467	

(-) Componentes do preço de compra com efeito apenas na Controladora:
Em decorrência da cisão desproporcional dos ativos excluídos da Namisa, a CSN Mineração perdeu 0,2397% do Equity Value remanescente da Namisa.
Após a avaliação do valor justo da Namisa, os ativos excluídos foram cindidos da Namisa e transferidos diretamente para Minérios Nacional. A contraprestação referente a 60% destes ativos não teve efeito na CSN Mineração.
Preço de compra após ajuste de efeitos na Controladora
16.119
i. Ativos transferidos e passivos assumidos: A transação incluiu um pagamento pela CSN para a aquisição de 4,16% das ações da CSN Mineração detidas pelo Consórcio Asiático no valor de US\$707 milhões, equivalentes a R\$2.727 milhões em 30 de novembro de 2015 e um passivo no montante de R\$6 milhões, pago no 1º trimestre de 2016. Muito embora esse pagamento tenha sido realizado pela CSN para a aquisição de 4,16% das ações da CSN Mineração detidas pelo Consórcio Asiático, seu efeito econômico foi registrado na CSN Mineração como parte integrante da contraprestação para a aquisição do controle da Namisa, de acordo com a interpretação dada ao parágrafo B50 do CPC15 / IFRS3. **ii. Participações societárias emitidas - Ações da CSN Mineração:** A CSN Mineração realizou a emissão primária de ações para entrega ao Consórcio Asiático representativas de 12,48% do seu capital total. De acordo com o CPC15 / IFRS3, essas ações foram avaliadas ao seu valor justo

CSN Mineração S.A.

CNPJ nº 08.902.291/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

na data da aquisição. Essa avaliação foi realizada pelo método do fluxo de caixa descontado considerando os planos de negócios aprovados pelos acionistas da CSN Mineração. As principais premissas dessa avaliação e seu resultado estão apresentados no quadro a seguir:

Premissas	Dados Reapresentados			
Volumes de minério de ferro	60Mt/ano no longo prazo			
Preços - Platts CFR China 62% Fe	Intervalos de US\$56 a US\$75			
Taxa de desconto	WACC nominal de 13,19%			
Valor justo em 30 de novembro de 2015 (equity value)	RS 32.334			
Quantidade de ações detidas pelo Consórcio após aquisição dos 4,16%	12,48%			
Valor justo atribuído às ações emitidas	RS 4.034			
O valor justo das ações emitidas pela Congonhas divergiu dos valores atribuídos ao ato societário de aumento de capital da CSN Mineração. Segundo o ato societário descrito na Nota 20, o valor do capital social atribuído às ações emitidas foi de RS 6.056.538, contudo, de acordo com a tabela acima, o valor justo das ações entregues era de R\$4.034.100, ocasionando um ajuste ao valor justo negativo dessas ações no valor de R\$2.022.438, registrado em outros resultados abrangentes na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial. Em decorrência da cisão desproporcional dos ativos excluídos (Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas), a CSN Mineração perdeu 0,2397% de sua participação na Namisa após cisão destes ativos, conforme tabela abaixo:				
Quantidade de ações	Pré cisão		Pós cisão	
CSN Mineração	285.040.443	60,0000%	282.209.982	59,7603%
Consórcio JKTC	190.026.962	40,0000%	190.026.962	40,2397%
Total	475.067.405	-	472.236.944	-
			RS milhões	-
Valor justo da Namisa	-	-	17.833	-
(-) Ativos cindidos	-	-	2.184	-
Namisa pós cisão	-	-	15.649	-
% de perda de participação	-	-	0,2397%	-
Perda no valor justo da Namisa pós cisão	-	-	38	-
O valor justo da CSN Mineração foi apurado por avaliadores independentes que emitiram um novo laudo de avaliação considerando os ajustes necessários que foram identificados pela Administração da Companhia e comentados na nota 2aa. iii. Participação na Namisa detida anteriormente à aquisição: A CSN Mineração detinha 59,76% das ações da Namisa imediatamente antes da transação de aquisição do controle ser concluída. Essas ações eram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o item 41 do CPC15 / IFRS3, essas ações fazem parte da contraprestação transferida e devem ser mensuradas pelo valor justo na data da aquisição. Deve ser reconhecido no resultado do período um ganho ou uma perda resultante da diferença entre o valor justo e o valor contabilmente registrado imediatamente antes da aquisição. A avaliação do valor justo da Namisa foi realizada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando os planos de negócios vigentes anteriormente à transação e aprovados pelos acionistas. É importante ressaltar que a Namisa avaliada a valor justo teve certos ativos cindidos para CSN com subsequente transferência à sua subsidiária integral Minérios Nacional enquanto seu acervo principal foi adquirido pela CSN Mineração. As principais premissas dessa avaliação e seu resultado estão apresentados no quadro a seguir:				
Premissas	Dados Reapresentados			
Volumes de minério de ferro	40Mt/ano no longo prazo			
Preços - Platts CFR China 62% Fe	Intervalos de US\$56 a US\$75			
Taxa de desconto	WACC nominal de 13,83%			
% participação (a)	Namisa pos cisão			
			59,76%	
Valor justo dos ativos (b)	RS (Milhões)			
Valor contábil em 30 de novembro de 2015 (c)	15.649			
Ganho na avaliação ao valor justo (b-c) * a	10.213			
(-) Eliminação de 59,76% da perda na relação pré-existente	3.248			
Ganho Final na avaliação ao valor justo	(732)			
O valor justo da CSN Mineração foi apurado por avaliadores independentes que emitiram um novo laudo de avaliação considerando os ajustes necessários que foram identificados pela administração da Companhia e comentados na nota 2aa. b) Ágio na aquisição do controle da Namisa: De acordo com o item 32 do CPC15 / IFRS3, o adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, mensurado pelo montante em que o preço de compra exceder o valor justo dos ativos e passivos adquiridos (alocação do preço de compra). A transação gerou ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$3.197 milhões, conforme quadro a seguir.				
Item	Referência	Liquidação Rel. Pre Existente	RS (Milhões) - (Reapresentado) Patrimônio Líquido Adquirido	
Preço de compra considerado	Item 3.3 (a)	16.119	(10.649)	5.470
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	Item 3.3 (b)(i)	12.922	(10.649)	2.273
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	3.197	-	3.197
O ágio por expectativa de rentabilidade futura é registrado no ativo intangível e, por não possuir vida útil definida, não é amortizado, de acordo com o CPC04/IAS38. A partir de 2016, a CSN passará a realizar o teste de recuperabilidade deste ativo de acordo com os requisitos do CPC01/IAS36. (i) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos pré-cisão: No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo para 100% dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 30 de novembro de 2015, calculados com base em laudos de avaliadores independentes.				
Consolidado - Reapresentado (Em RS Milhões)				
	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	(-) Baixa de ágio registrado na Namisa	Valor justo total
Ativo Circulante	1.270	-	-	1.270
Caixa e equivalentes de caixa	783	-	-	783
Contas a receber de clientes	253	-	-	253
Adiantamento ROM e Porto - Congonhas	114	-	-	114
Outros ativos	120	-	-	120
Ativo Não Circulante	10.840	3.428	(579)	13.689
Adiantamento ROM e Porto - Congonhas	9.310	1.225	-	10.535
Outros ativos	131	-	-	131
Ações da MRS - 10%	306	481	-	787
Imobilizado	512	111	-	623
Intangível	581	1.611	(579)	1.613
Total dos ativos adquiridos	12.110	3.428	(579)	14.959
Passivo Circulante	1.641	-	-	1.641
Empréstimos e Financiamentos	5	-	-	5
Fornecedores	29	-	-	29
Impostos a recolher	297	-	-	297
Dividendos propostos (US\$ 300 milhões)	1.157	-	-	1.157
Outras contas a pagar	153	-	-	153
Passivo Não Circulante	257	336	(197)	396
Empréstimos e Financiamentos	25	-	-	25
Provisão para contingência	7	-	-	7
Impostos (diferidos e parcelados)	216	336	(197)	355
Outras contas a pagar	9	-	-	9
Total dos passivos assumidos	1.898	336	(197)	2.037
Patrimônio Líquido antes da Elim. Rel. Pré Existente	10.212	3.092	(382)	12.922
Eliminação da Relação Pré Existente	(9.424)	(1.225)	-	(10.649)
Patrimônio Líquido Adquirido	788	1.867	(382)	2.273
De acordo com o CPC15 / IFRS3, o ágio por expectativa de rentabilidade futura existente das demonstrações contábeis da Namisa na data da aquisição deve ser baixado para que um novo ágio seja reconhecido.				
A alocação do valor justo resultou em uma mais valia no valor total de R\$1.867, distribuída entre os principais ativos da Namisa. O quadro a seguir demonstra a composição dos valores alocados e um resumo da sua metodologia de apuração:				
		Reapresentado (Em RS Milhões)		
	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo total	
Ativos adquiridos				
Participação na MRS - 10%	Fluxo de caixa descontado da entidade considerando o plano de negócios de longo prazo aprovado pelos acionistas.	306	481	787
Contrato de venda de ROM, prestação de serviços portuários e beneficiamento de minério entre Namisa e Congonhas	Foram comparados os preços contratuais com os preços de mercado de minério e serviços portuários observando-se transações históricas de compra e venda comparáveis no mercado, ajustadas pela variação do Platts projetada ao longo do período de realização do contrato. Com base no volume contratual, a diferença entre o resultado projetado nos termos do contrato e nas condições de mercado gera uma mais valia. Os valores dos ativos imobilizados foram ajustados pela diferença entre o valor de reedição dos ativos fixos avaliados e seu respectivo valor contábil líquido, conforme avaliação técnica efetuada por avaliador independente para os grupos de bens representados por beneficiadoras construções, veículos, móveis e utensílios. As vidas úteis seguem os prazos divulgados na nota 11.	-	-	-
Ativos imobilizados	Foi utilizada a abordagem de renda (income approach) pela metodologia de rentabilidade excedente em períodos múltiplos, devido à possibilidade de se atribuir o fluxo de caixa gerado diretamente ao ativo identificado. Através desta metodologia, o valor dos direitos minerários é estimado com base em sua rentabilidade futura, descontado todos os custos e investimentos que seriam necessários para extração e beneficiamento do minério de ferro ao valor de mercado. Esses direitos serão amortizados de acordo com a exaustão das minas.	512	111	623
Direitos Minerários - Mina do Engenho, Fernandinho e Cayman		-	1.063	1.063
Relacionamento com fornecedor - Contrato de compra de minério renda (income approach), comparando os fluxos de caixa futuros gerados pela operação em dois cenários, através do contrato e das condições de mercado.		-	1	1
IR/CS diferidos		-	(336)	(336)
Transação de capital	Contribuição da CSN pela cisão de certos ativos e passivos da Namisa	-	547	547
		818	1.867	2.685
c) Liquidação de relação pré-existente entre CSN Mineração e Namisa: O CPC15 / IFRS3 determina que o aumento ou redução do valor justo decorrente de uma vantagem ou desvantagem em transação entre a adquirente e adquirida deve ser eliminado com o reconhecimento de um ganho ou uma perda no resultado do período na data da transação. Esses ativos ou relacionamentos são denominados como relação preexistente no contexto do CPC 15 / IFRS3. A CSN Mineração e a Namisa possuíam relacionamento preexistente decorrente de contratos de beneficiamento de minério, contratos para prestação de serviços de operação portuária e de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM). Com a combinação de negócios esses contratos foram extintos uma vez que as atividades de mineração da CSN passaram a ser centralizadas na CSN Mineração. A liquidação da relação pré-existente gerou uma perda de R\$1.225 milhões (R\$493 milhões após a eliminação da participação de 60% da CSN Mineração na Namisa), que considerou a comparação de fluxos de caixa descontados a preços de mercado com os fluxos de caixa descontados contratuais remanescentes às parcelas pré-pagas em 2008 quando da assinatura dos contratos operacionais de ROM e Porto. 3.4 Resumo dos impactos contábeis: A tabela a seguir demonstra o impacto total da combinação de negócios descrita anteriormente no resultado e patrimônio da Companhia:				
		RS (Milhões) Reapresentado		
		Efeito Contábil		
Eventos		DRE	PL	
Ganho na avaliação dos 59,76% de participação na Namisa ao valor justo - item 3.3 (a) iii		2.516	2.516	
Perda na liquidação das relações preexistentes - item 3.3 (c)		(493)	(493)	
Ganho na combinação de negócios antes do IR/CSLL (Nota 23)		2.023	2.023	
IR/CSLL diferidos sobre o ganhos registrados		168	168	
Ganho na transação entre acionistas - item 3.3 (b) i		-	547	
Impacto total da combinação de negócios		2.191	2.738	

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Circulante	Consolidado		Controladora	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	10.143	16.908	944	2.956
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos privados	35.668	233.588	35.668	233.588
	35.668	233.588	35.668	233.588
No Exterior:				
Time Deposits	1.398.278	855.769	24.890	313.664
Total das Aplicações Financeiras	1.433.946	1.089.357	60.558	547.252
Caixa e equivalentes de caixa	1.444.089	1.106.265	61.502	550.208
Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e com liquidez imediata. Adicionalmente, parte significativa dos recursos financeiros no exterior é aplicada em Time Deposits com bancos considerados pela administração como de primeira linha, e são remuneradas às taxas pré-fixadas.				
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES				
	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	2.327	4.826	2.327	4.827
Mercado externo	523.495	192.086	92.536	-
	525.822	196.912	94.863	4.827
	(4.859)	(3.318)	(2.277)	(3.318)
	520.963	193.594	92.586	1.509
	105.677	71.429	1.664.254	678.883
	626.640	265.023	1.756.840	680.392
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa				

Partes Relacionadas (Nota 12 - a)

Consolidado		Controladora	
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	522.172	193.253	93.898
Vencidos acima de 180 dias	3.650	3.659	965
	525.822	196.912	94.863
	(4.859)	(3.318)	(2.277)
	520.963	193.594	92.586
	105.677	71.429	1.664.254
	626.640	265.023	1.756.840

Em 31 de dezembro de 2016, o prazo médio de recebimento das vendas foi de 41 dias (36 dias em 31 de dezembro de 2015). Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório. A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Consolidado		Controladora	
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	522.172	193.253	93.898
	3.650	3.659	965
	525.822	196.912	94.863
	(4.859)	(3.318)	(2.277)
	520.963	193.594	92.586
	105.677	71.429	1.664.254
	626.640	265.023	1.756.840

A vencer

Vencidos acima de 180 dias

6. ESTOQUE

Consolidado		Controladora	
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	104.873	231.937	94.227
Produtos em elaboração	106.265	118.233	106.265
Almoxarifado	302.422	356.184	302.422
(-) Perdas estimadas	(47.378)	(45.823)	(47.378)
	466.182	660.531	455.536

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

Consolidado e Controladora	
31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(45.823)
Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência (nota 23)	(13.464)
Reversão de provisão para perdas em inventário de almoxarifado	11.909
Saldo final	(47.378)
A Companhia avalia periodicamente a necessidade de registro de provisão para perda estimada de valor recuperável dos estoques e, em 31 de dezembro de 2016 não houve a necessidade de constituir provisão para perda.	

7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES: Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

Consolidado		Controladora	
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Estoque minério de ferro ⁽ⁱ⁾	144.499	144.499	144.499
Depósitos judiciais (Nota 18)	10.790	4.477	10.790
Dividendos a receber (Nota 12)	18.475	13.185	113.366
Outros créditos com partes relacionadas (Nota 12)	23.951	18.469	23.951
Frete e seguro marítimo ⁽²⁾	7.776	110.572	-
Outros	19.356	21.736	19.206
total	224.847	312.938	311.812
Circulante	48.440	151.418	135.555
Não circulante	176.407	161.520	176.257
total	224.847	312.938	311.812

1. Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed com expectativa de realização prevista para 2º semestre de 2018. 2. Pagamento de despesas de frete e seguros marítimos nos embarques de minério de ferro cujas receitas de vendas não foram reconhecidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Consolidado		Controladora	
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	175.373	112.789	173.154
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	195.217	190.456	194.791
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	16.374	12.112	16.374
Outros	3.666	1.643	3.666
Total	390.630	317.000	387.985
Circulante	211.527	145.381	208.882
Não circulante	179.103	171.619	179.103
Total	390.630	317.000	387.985

A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de ICMS cuja expectativa de realização é de longo prazo. A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos e a necessidade de registro de perdas por recuperabilidade, objetivando o seu aproveitamento.

9. INVESTIMENTO

Consolidado		Controladora	
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Empresa controlada			
CSN Mining Holding	-	-	151.036
Empresa coligada			
MRS Logística S.A.	615.313	556.224	615.313
Fair Value alocado à MRS'	468.876	480.622	468.876
Outros			
Lucro nos estoques de controladas ⁽²⁾	-	-	(5.585)
Total	1.084.189	1.036.846	1.229.640

1. O fair value alocado no investimento na MRS decorre da aquisição do controle da Namisa descrita na Nota 3.

2. O lucro nos estoques decorre de transações entre a Controladora e suas controladas relacionadas a venda de minério de ferro.

A movimentação dos investimentos na empresa controlada e controlada em conjunto é demonstrada a seguir:

Consolidado		Controladora	
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial dos investimentos	1.036.846	-	1.068.254
Ações da MRS decorrentes da incorporação da Namisa	-	171.760	-
Ações da CSN Mining Holding, S.L decorrentes da incorporação da Namisa	-	-	48.749
Ações da MRS integralizadas pela CSN	-	392.090	-
Valor justo alocado às ações da MRS na aquisição da Namisa	-	480.622	-
Resultado equivalência patrimonial ⁽¹⁾	77.789	5.559	180.076
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(12.154)	-	(12.154)
Lucros nos estoques	-	-	11.756
Dividendos (Nota 12)	(18.475)	(13.185)	(18.475)
Outros	183	-	183
Total	1.084.189	1.036.846	1.229.640

1- A conciliação do resultado de equivalência e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com essas empresas:

Consolidado		Controladora	
31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Resultado equivalência patrimonial MRS	77.789	5.559	77.789
Resultado equivalência patrimonial CSN Mining Holding	-	-	102.287
Compensação da parcela de custo no resultado equivalência (IAS28)	(19.825)	-	-
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(12.154)	-	(12.154)
Lucros nos estoques	-	-	11.756
Outros	-	-	-
Total	45.810	5.559	179.678

Descrição e principais informações sobre a controlada direta e coligada :

CSN MINING HOLDING, S.L. (Ex-Namisa International Minérios, S.L.U.): Situada em Madri, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como “holding”, tendo participação de 100% no capital das controladas CSN Mining GmbH e Namisa Asia, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e às operações financeiras. Com a combinação de negócios ocorrida em Novembro de 2015 e consequente incorporação da Namisa pela Companhia em Dezembro de 2015, a Namisa International passou a ser de controle direto da CSN Mineração. Em 29 de novembro de 2016 a Namisa International liquidou sua controlada Namisa Europe, Unipessoal LDA, assumindo seus ativos e passivos remanescentes, conforme abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa	2.889
Outros ativos	401
Impostos a recolher	(2.572)
Acervo Líquido	718

As Empresas CSN Handel GmbH e Namisa Handel GmbH foram incorporadas e a denominação social foi alterada para CSN Mining GmbH em 03 de fevereiro de 2016. A denominação social da Namisa International Minérios, S.L.U. foi alterada para CSN Mining Holding, S.L. em 12 de setembro de 2017. • MRS LOGÍSTICA S.A.: Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro

4

CSN Mineração S.A.
CNPJ nº 08.902.291/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva do poder concedente. A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos. Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía diretamente participação de 18,63% no capital social da MRS, representado por: (i) 7,59% em ações ordinárias, sendo uma ação vinculada ao acordo de acionsitas; e (ii) 11,04% em ações preferenciais. As principais informações financeiras sobre os ativos, passivos e resultados dessa controlada e coligada são apresentados no quadro a seguir. Em relação à controlada CSN Mining Holding, S.L., estamos apresentando as informações consolidadas.

Balancos patrimoniais	Consolidado				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	CSN Mining Holding	MRS Logística	CSN Mining Holding	MRS Logística	CSN Mining Holding	MRS Logística	CSN Mining Holding	MRS Logística
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	1.382.588	345.164	556.056	671.475	1.621.071	222.769	629.595	251.132
Contas a receber	484.349	181.713	200.538	225.528	-	653.491	-	844.296
Empréstimos e recebíveis	-	-	188.500	-	6.457	150.609	233.274	144.021
Estoques	21.297	91.906	163.520	94.591	94.891	99.261	1.337.752	-
Impostos a recuperar	-	107.852	-	186.335	50.719	267.680	173.983	498.730
Outros	35.850	32.151	104.179	157.400				
Não circulante								
Empréstimo e recebíveis	-	-	1.210.731	-	-	2.176.357	-	2.772.462
Impostos diferidos	-	59.052	-	59.052		270.185	-	379.423
Investimento, imobilizado e intangível	184	6.215.442	-	6.191.459	94	429.645	171	184.984
Outros	-	539.525	-	474.845				
Total Ativos	1.924.268	7.572.805	2.423.524	8.060.685	1.924.268	7.572.805	2.423.524	8.060.685

Demonstrações de resultados	Consolidado				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	CSN Mining Holding	MRS Logística	CSN Mining Holding	MRS Logística	CSN Mining Holding	MRS Logística	CSN Mining Holding	MRS Logística
Demonstração do resultado								
Receita líquida	4.765.603	3.279.420	4.765.603	3.279.420	148.255	3.172.744		
(-) Custo dos produtos vendidos	(3.718.363)	(2.208.786)	(3.718.363)	(2.208.786)	(134.538)	(2.094.961)		
Lucro bruto	1.047.240	1.070.634	1.047.240	1.070.634	13.717	1.077.783		
Despesas operacionais	(931.889)	(160.186)	(931.889)	(160.186)	(31.334)	(371.797)		
Resultado financeiro, líquido	9.433	(249.301)	9.433	(249.301)	(20.653)	(255.003)		
Lucro antes dos Impostos	124.784	661.147	124.784	661.147	(38.270)	450.983		
Impostos sobre o Lucro	(22.497)	(243.602)	(22.497)	(243.602)	88.301	(152.994)		
Lucro líquido do exercício	102.287	417.545	102.287	417.545	50.031	297.989		

10. IMOBILIZADO

10.a) Composição do imobilizado	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Infraestruturas	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	2.161	6.711	(8.872)	-	-
- Aquisições por meio de combinações de negócios	50.855	1.287.945	3.332.851	9.268	1.117.432	115.337	5.913.688
- Aquisições	-	-	904	33	37.413	-	38.350
- Juros capitalizados (Nota 24)	-	-	-	-	5.589	-	5.589
- Depreciação	-	(1.815)	(28.745)	(158)	-	(510)	(31.228)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	-	(61.777)	-	61.777	-	-
- Combinação de negócios, valor Justo de ativos adquiridos¹	6.008	206.043	226.817	3.461	118.241	57.851	618.421
- Atualização da estimativa ARO	-	-	-	-	-	17.816	17.816
- Outros	-	532	-	33	(205)	232	592
Saldo em 31 de dezembro de 2015 Reapresentado	56.863	1.492.705	3.472.211	12.637	1.346.958	181.854	6.563.228
Custo	56.863	1.649.770	4.781.378	26.663	1.346.958	231.636	8.093.268
Depreciação acumulada	-	(157.065)	(1.309.167)	(14.026)	-	(49.782)	(1.530.040)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 Reapresentado	56.863	1.492.705	3.472.211	12.637	1.346.958	181.854	6.563.228
- Aquisições	-	-	18.853	321	219.902	11.348	250.424
- Juros capitalizados (Nota 24)	-	-	-	-	88.120	-	88.120
- Depreciação	-	(51.696)	(376.388)	(2.079)	-	(6.960)	(437.123)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	29.357	518.058	-	(460.235)	(87.407)	(227)
- Perdas estimadas e baixa de bens	-	-	(6.815)	-	(32.483)	(4.024)	(43.322)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	56.863	1.470.366	3.625.919	10.879	1.162.262	94.811	6.421.100
Custo	56.863	1.679.014	5.295.840	26.981	1.162.262	155.438	8.376.398
Depreciação acumulada	-	(208.648)	(1.669.921)	(16.102)	-	(60.627)	(1.955.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	56.863	1.470.366	3.625.919	10.879	1.162.262	94.811	6.421.100

	Controladora						
	Terrenos	Edificações e Infraestruturas	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	2.161	6.711	(8.872)	-	-
- Ativos recebidos por meio de aumento de capital (Nota 28)	50.855	1.287.945	3.332.850	9.269	1.117.432	115.337	5.913.688
- Aquisições	-	-	904	33	37.413	-	38.350
- Juros capitalizados (Nota 24)	-	-	-	-	5.589	-	5.589
- Depreciação	-	(1.283)	(25.920)	(126)	-	(382)	(27.711)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	-	(61.777)	-	61.777	-	-
- Combinação de negócios, valor Justo de ativos adquiridos¹	6.008	206.043	226.817	3.461	118.241	57.851	618.421
- Atualização da estimativa ARO	-	-	-	-	-	17.816	17.816
- Outros	-	-	(2.824)	-	(205)	56	(2.973)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 Reapresentado	56.863	1.492.705	3.472.211	12.637	1.346.958	181.806	6.563.180
Custo	56.863	1.649.770	4.781.378	26.663	1.346.958	231.586	8.093.218
Depreciação acumulada	-	(157.065)	(1.309.167)	(14.026)	-	(49.780)	(1.530.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 Reapresentado	56.863	1.492.705	3.472.211	12.637	1.346.958	181.806	6.563.180
- Aquisições	-	-	18.853	321	219.902	11.343	250.419
- Juros capitalizados (Nota 24)	-	-	-	-	88.120	-	88.120
- Depreciação	-	(51.696)	(376.387)	(2.079)	-	(6.941)	(437.103)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	29.357	518.058	-	(460.235)	(87.408)	(228)
- Perdas estimadas e baixa de bens	-	-	(6.815)	-	(32.483)	(4.024)	(43.322)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	56.863	1.470.366	3.625.920	10.879	1.162.262	94.776	6.421.066
Custo	56.863	1.679.014	5.295.840	26.981	1.162.262	155.126	8.376.086
Depreciação acumulada	-	(208.648)	(1.669.920)	(16.102)	-	(60.350)	(1.955.020)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	56.863	1.470.366	3.625.920	10.879	1.162.262	94.776	6.421.066

10.b) Obras em andamento: Os gastos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços e compra de partes e peças, a serem aplicados para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para as respectivas contas e depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é composto pelos seguintes projetos:

Descrição do projeto	Consolidado			
	Data de início	Data de conclusão		31/12/2016
Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2018	(1)	683.904
Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2020	(2)	253.544
Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.				224.814
Total Obras em andamento				1.162.262

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;

(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado e controladora			
	31/12/2016	31/12/2015	Reapresentado	
Em anos				
Edificações	-	-	922	41
Máquinas, equipamentos e instalações	-	-	(922)	17
Móveis e utensílios	-	-	-	12
Outros (*)	-	-	-	14

(*) Os itens de benfeitorias em infraestrutura e drenagem com vida útil avaliada em 50 anos foram transferidos para grupo de edificações

10.c) Juros Capitalizados: Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$88.120 (R\$5.589 em 31 de dezembro de 2015). Esses custos foram apurados, basicamente, para os projetos de expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra e na expansão da capacidade de exportação do TECAR. A taxa de juros utilizada para a capitalização dos custos de empréstimos foi de 10,48% a.a., em 31 de dezembro de 2015 a capitalização juros foi realizada considerando apenas o mês de dezembro à taxa de 11,35% a.a. devido a combinação dos negócios da Mineração.

11. INTANGÍVEL

	Consolidado e Controladora			
	Relações com fornecedores ⁽²⁾	Software	Direitos e Licenças ⁽³⁾	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	922	922
- Cisão de direitos minerários	-	-	(922)	(922)
- Ativos recebidos por meio de aumento de capital (Nota 28)	-	-	18.912	18.912
- Combinação de negócios, valor justo de ativos adquiridos e ágio (Nota 3)	3.196.587	1.420	3.329	4.263.966
- Amortização	-	-	(263)	(263)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 Reapresentado	3.196.587	1.420	21.978	1.062.630
Custo	3.196.587	1.420	34.360	1.062.630
Amortização	-	-	(12.382)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 Reapresentado	3.196.587	1.420	21.978	1.062.630
- Transferências do Imobilizado	-	-	226	226
- Amortização	-	-	(255)	(7.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.196.587	1.165	14.577	1.061.854
Custo	3.196.587	1.420	34.587	1.062.630
Amortização	-	-	(255)	(20.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.196.587	1.165	14.577	1.061.854

1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição do controle da Namisa, conforme descrito na Nota 3.

2. Intangível relacionado aos contratos com fornecedores adquiridos em combinação de negócios, conforme mencionado na Nota 3.

3. Direito minerário da mina de Engenho, conforme mencionado na Nota 3.

O prazo de vida útil estimada, em anos, para o exercício corrente é o seguinte:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Relações com fornecedores	6	6
Software	5	5
Direitos e licenças	49	49

11.a) Teste para verificação de impairment: O teste de *impairment* foi realizado no ágio oriundo de expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela Companhia, concluído em 30 de novembro de 2015 (para mais detalhes, veja nota explicativa nº 3 – Combinação de negócios) inclui ainda os saldos do ativo imobilizado e do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento (“capex”) futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado. As principais premissas utilizadas no teste foram as seguintes: **• Mensuração do valor recuperável:** Fluxo de Caixa Descontado; **• Projeção do fluxo de caixa:** até 2067; **• Margem bruta:** média da margem bruta da unidade geradora de caixa baseada no histórico e nas projeções para os próximos 50 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo; **• Atualização dos custos:** baseados em dados históricos e tendências de mercado; **• Taxa de desconto:** fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto após os impostos em termos reais baseada no custo médio ponderado de capital (“WACC”) que reflete o risco específico do segmento de mineração. Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

12. PARTES RELACIONADAS: 12.a) Relacionamentos com partes relacionadas: A CSN é o acionista controlador da Companhia detendo 87,52% de participação no capital votante. A CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Ações S.A., que detém 51,41% do capital social da CSN. A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 28 de outubro de 2017. **12.b) Transações com controladores, controladas, coligadas e outras partes relacionadas: • Por operação: Balanço patrimonial**

	Consolidado		Controladora	
	Circulante	Não-Circulante	Circulante	Não-Circulante
31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Contas a Receber (Nota 5)	105.677	-	71.429	-
Dividendos (Nota 7)	18.475	-	13.185	-
Outros (Nota 7)	13.203	10.748	16.696	1.773
	137.355	10.748	148.103	1.773

Passivo	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	30.420	1.124.141	1.154.561	36.752
Pré-Pagamento (Nota 13)	-	-	-	1.346.858
Outras obrigações	2.767	-	2.767	-
Contas a Pagar	1.314.226	-	1.314.226	-
Dividendos	151.397	-	151.397	-
Fornecedores	32.030	-	32.030	-
Outros	1.530.840	1.124.141	2.654.981	1.409.408
	1.530.840	1.124.141	2.654.981	1.409.408

	Consolidado		Controladora			
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Ativo						
Contas a Receber (Nota 5)	1.664.254	-	1.664.254	678.883	-	678.883
Dividendos (Nota 7)	113.366	-	113.366	1.350.937	-	1.350.937
Outros (Nota 7)	13.203	10.748	23.951	15.344	1.773	17.117
	1.790.823	10.748	1.801.571	2.045.164	1.773	2.046.937

CSN Mineração S.A.
CNPJ nº 08.902.291/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Os saldos de empréstimos e financiamentos que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Taxas em (%)	Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
MOEDA ESTRANGEIRA									
Pré-Pagamento - partes relacionadas	3,48 até 8,0	30.420	36.752	1.124.141	1.346.858	30.420	53.953	1.124.141	2.557.346
		30.420	36.752	1.124.141	1.346.858	30.420	53.953	1.124.141	2.557.346
MOEDA NACIONAL									
BNDES/FINAME	5,0 até 8,0	4.677	4.689	20.303	24.922	4.677	4.689	20.303	24.922
NCE - Banco do Brasil	110,6% até 116,5 CDI	50.973	49.278	2.000.000	2.000.000	50.973	49.278	2.000.000	2.000.000
		55.650	53.967	2.020.303	2.024.922	55.650	53.967	2.020.303	2.024.922

Total de Empréstimos e Financia-mentos	86.070	90.719	3.144.444	3.371.780	86.070	107.920	3.144.444	4.582.268
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(4.026)	(4.490)	(5.655)	(9.100)	(4.026)	(4.490)	(5.655)	(9.100)

Total de Empréstimos e Financia-mentos + Custos de Transação 82.044 86.229 3.138.789 3.362.680 82.044 103.430 3.138.789 4.573.168

Os empréstimos e financiamentos com partes relacionadas totalizam R\$1.154.561 em 31 de dezembro 2016 (R\$2.611.299 em 31 de dezembro de 2015) e estão relacionados, substancialmente, a pré-pagamentos de exportação, com características e condições descritas a seguir: • CSN Resources - contrato de US\$124,4 milhões, equivalentes a R\$405,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$485,9 milhões em 31 de dezembro de 2015), com taxa de juros de 7,56% a 7,80% ao ano, com vencimentos em maio de 2027. • CSN Islands XII - contrato de US\$220,5 milhões, equivalentes a R\$718,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$861 milhões em 31 de dezembro 2015), com taxa de juros de 7,62% a 7,95% ao ano, com vencimento final em abril de 2024 e fevereiro de 2025. • CSN Holding (ex- Namisa International) - contrato de US\$310 milhões, equivalentes a R\$1.210,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, com taxa de juros de 3,48% ao ano e vencimento em agosto de 2020, foi liquidado antecipadamente no período de janeiro a setembro de 2016. As notas de crédito à exportação (NCE) possuem vencimentos escalonados entre o período de 2018 e 2022. • Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante: Em 31 de dezembro de 2016, o montante principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado e Controladora	
2018	719.619	23%
2019	573.999	18%
2020	242.272	8%
2021	241.669	8%
2022	240.870	8%
Após 2022	1.126.015	35%
	3.144.444	100%

• Movimentação dos empréstimos e financiamentos: A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	3.448.909	2.012.009	4.676.598	2.012.009
Amortização principal	(4.619)	-	(1.100.034)	-
Pagamentos de encargos	(402.578)	(260.143)	(433.232)	(260.143)
Provisão de juros sobre emprestimos e financiamentos	397.929	287.208	411.382	287.072
Transferencia de contratos de PPE pela CSN ⁽¹⁾	-	3.228.999	-	3.228.999
Incorporação da Namisa ⁽¹⁾	-	29.610	-	1.257.299
Liquidação de empréstimo por confusão ⁽²⁾	-	(1.855.583)	-	(1.855.583)
Variação cambial	(222.716)	-	(337.790)	-
Outros	3.908	6.809	3.909	6.945
Saldo final	3.220.833	3.448.909	3.220.833	4.676.598

1. A transferencia de contratos de dívidas com partes relacionadas foi realizada no âmbito da reorganização societária da CSN Mineração mencionada na Nota 3. 2. Contrato transferido pela CSN no âmbito da reorganização societária descrita na Nota 3 e liquidado por meio do encontro de contas do saldo passivo com o saldo mantido no ativo. • Covenants: Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos. A Companhia excepcionalmente não publicou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no prazo regulatório, não houve decretação de vencimento antecipado em nenhum dos financiamentos da Companhia em razão do atraso de divulgação das demonstrações financeiras em questão. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui provisionado R\$17.430 no Consolidado e na Controladora de comissão por assunção de riscos. Os contratos celebrados com o BNDES possuem garantia real representada pelos bens financiados.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. As informações contábeis sobre os instrumentos financeiros são apresentadas com base nos dados consolidados. • Classificação de instrumentos financeiros (consolidado):

	31/12/2016				31/12/2015			
	Empréstimos e recebíveis		Outros Passi- vos - Método do Custo		Empréstimos e recebíveis		Outros Passi- vos - Método do Custo	
	Nota explicativa		Saldo			Saldo		
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa	4	1.444.089	-	1.444.089	1.106.265	-	1.106.265	
Contas a receber de clientes	5	626.640	-	626.640	265.023	-	265.023	
Dividendos	7	18.475	-	18.475	13.185	-	13.185	
Total do Ativo		2.089.204	-	2.089.204	1.384.473	-	1.384.473	

Passivo								
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	13	-	86.070	86.070	-	90.719	90.719	
Fornecedores		-	355.259	355.259	-	209.384	209.384	
Dividendos	12	-	1.314.226	1.314.226	-	1.156.800	1.156.800	
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	13	-	3.144.444	3.144.444	-	3.371.780	3.371.780	
Total do Passivo		-	4.899.999	4.899.999	-	4.828.683	4.828.683	

II - Gestão de riscos financeiros: A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e ao risco de liquidez. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto. 14.a) Risco de taxa de câmbio : A exposição decorre da existência de ativos e passivos gerados em Dólar ou Euro e é denominada exposição cambial natural. Em 31 de dezembro de 2016 a Administração considerou não ser necessária a contratação e instrumentos derivativos ou a adoção da contabilidade de hedge. A exposição consolidada em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

		31/12/2016	
		(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Exposição Cambial			
Caixa e equivalente no exterior		430.247	1.822
Contas a receber - clientes mercado externo		180.046	-
Outros Ativos		1.761	768
Total ativo		612.054	2.590
Fornecedores		(2.199)	-
Empréstimos intercompany		(354.258)	-
Outros Passivos		(15.055)	(1.765)
Total passivo		(371.512)	(1.765)
Exposição natural		240.542	825

14.b) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2016. As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2016			
	Taxa de câmbio	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
USD	3,2591	3,1412	4,0739	4,8887
EUR	3,4384	3,7230	4,2980	5,1576

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

	31/12/2016			
	Valor de referência	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1
Instrumentos				
Posição cambial natural	240.542	Dólar	(28.360)	195.988
Posição cambial natural	825	Euro	235	710

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as cotações disponíveis no site do Banco Central do Brasil em 25/09/2017. 14.c)

Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota de empréstimos e financiamentos.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

Em 31 de dezembro de 2016	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos	86.070	1.293.618	724.811	1.126.015	3.230.514
Fornecedores	355.259	-	-	-	355.259
Dividendos	1.314.226	-	-	-	1.314.226

Em 31 de dezembro de 2015

Empréstimos e financiamentos	90.719	724.238	1.057.940	1.589.602	3.462.499
Fornecedores	209.384	-	-	-	209.384
Dividendos	1.156.800	-	-	-	1.156.800

III - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil: Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente. Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social	47.906	281.270	44.619	57.570
Tributos parcelados (Nota 17)	85.270	82.687	85.270	82.687
Participação sobre lucro - empregados	49.606	35.969	49.301	35.693
Provisão fretes	34.803	83.424	-	-
Aquisição da Participação societaria ("CSN Handel GmbH") ⁽¹⁾	-	74.649	-	-
Atualização A.R.O e passivo ambiental (Nota 19)	63.756	55.067	63.756	55.067
Reembolso de Demurrage/Dispatch ⁽²⁾	-	-	27.595	169.856
Demurrage/Dispatch com terceiros	11.049	9.926	1.654	-
Provisões de consumo	79.517	123.115	75.970	120.894
Obrigações trabalhistas	58.647	55.191	58.397	54.913
Covenants (Nota 13)	17.430	-	17.430	-
Outras obrigações	32.594	56.985	29.813	41.351
Total	480.578	858.283	453.805	618.031
Circulante	339.044	727.135	312.365	487.054
Não circulante	141.534	131.148	141.440	130.977
Total	480.578	858.283	453.805	618.031

1. Contas a pagar pela aquisição de 100% da participação acionaria da CSN Handel GmbH sucedida na incorporação da Namisa. 2. Reembolso das despesas de demurrage/dispatch ocorrido nos embarques de minérios de ferro para a CSN Mining. liquidação parcial ocorreu em fevereiro de 2016, o saldo remanescente refere-se aos embarques realizados durante o ano de 2016 com liquidação prevista para o segundo semestre de 2017.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: 16.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado: O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
(Despesa) Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(155.500)	39.645	(116.734)	(19)
Diferido	(159.794)	118.895	(159.794)	120.703
	(315.294)	158.540	(276.528)	120.684

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do IR e da CSLL	978.138	2.026.162	978.138	2.026.162
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(332.567)	(688.895)	(332.567)	(688.895)

Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial		19.569		1.890
Outras exclusões (adições) permanentes		5.744		(10.005)
Ajuste a valor justo decorrente da combinação de negocio		-		855.550
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas		19.930		-
Ajuste Transfer Price		(36.960)		-
IR/CS sobre lucros no exterior		(318)		-
IR/CS sobre Ganho de Capital		5.207		-
Incentivos Fiscais (Finor e Doações Incentivadas)		4.101		-
IR / CSLL no resultado do período		(315.294)		158.540
Alíquota efetiva		32,23%		-7,82%

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2015
Lucro antes do IR e da CSLL	939.372	2.064.263
Alíquota	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(319.386)	(701.849)

Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial		65.084		(4.188)
Outras exclusões (adições) permanentes		5.744		(28.829)
Ajustes ao valor justo da participação de 60% na Namisa		-		855.550
Ajuste Transfer Price		(36.960)		-
IR/CS sobre lucros no exterior		(318)		-
IR/CS sobre Ganho de Capital		5.207		-
Incentivos Fiscais (Finor e Doações Incentivadas)		4.101		-
IR / CSLL no resultado do período		(276.528)		120.684
Alíquota efetiva		29,44%		-5,85%

16.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Consolidado e Controladora			
Saldo Inicial	Movimentação	Saldo Final	
31/12/2015	Reapresentado	Resultado Abrangente	Resultado
31/12/2016			31/12/2016

Diferido Passivo				-
Diferenças temporárias	87.898	3.085	102.520	193.503
- Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	(99.688)	-	42.721	(56.967)
- Contribuição social sobre base negativa	(35.888)	-	15.378	(20.510)
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(14.869)	-	(5.278)	(20.147)
- Provisões para Passivos Ambientais	(789)	-	(1.457)	(2.246)
- Perdas estimadas em Ativos	(18.441)	-	(12.070)	(30.511)
- Perdas estimadas em Estoques	(11.160)	-	(4.578)	(15.738)
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	(608)	3.085	(33)	2.444
- Provisão para Consumos e Serviços	(42.950)	-	14.929	(28.021)
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.128)	-	354	(774)
- Provisão A.R.O	(5.105)	-	(2.044)	(7.149)
- Combinação Negócios Mineração	336.095	-	(6.536)	329.559
- Variações Cambiais não realizadas	-	-	67.542	67.542
- Provisão Covenants	-	-	(5.926)	(5.926)
- Amortização de ágio	-	-	57.274	57.274
- Outras	(17.571)	-	(482)	(18.053)
	<u>87.898</u>	<u>3.085</u>	<u>102.520</u>	<u>193.503</u>

CSN Mineração S.A.
CNPJ nº 08.902.291/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19.a) Passivos Ambientais: Em 31 de dezembro de 2016 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia no Estados de Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2016 foi de 9,2%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGPM) do período, em referência. Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25. **19.b) Desativação de Ativos:** As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. Em 2015 a Companhia concluiu, através de empresa especializada, um novo relatório de certificação das reservas minerais das minas Casa de Pedra e Engenho. Este relatório certificou reservas de 3.021 milhões de toneladas de minério de ferro.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 20.a) Capital social integralizado (reapresentado): O capital social da Companhia, totalmente subscrito e realizado, é de R\$6.103.873, dividido em 181.001.902 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Conforme mencionado na Nota 3, durante os meses de novembro e dezembro de 2015 foi realizada uma reorganização societária na CSN que resultou no aumento de capital da CSN Mineração com a finalidade de transferência dos acervos de Casa de Pedra, TECAR, 8,63% das ações da MRS e 60% das ações da Namisa. Esse aumento de capital totalizou R\$15.000, por meio de trespasse de estabelecimento comercial, com emissão de 87.278.739 milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal subscritas e integralizadas pela CSN, aprovado na Assembleia geral extraordinária de 30 de novembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015. Essa subscrição de capital gerou ágio na emissão de ações no valor de R\$141.723 decorrente da diferença do preço de emissão para o valor contábil do acervo transferido pela CSN. Adicionalmente, como parte da reorganização societária, houve uma redução no capital da CSN Mineração no valor de R\$1.000, com o cancelamento de 1.000.000 de ações ordinárias, decorrente a cisão de certos ativos minerários não relacionados a minério de ferro que estavam registrados na CSN Mineração. Como parte da transação de aquisição do controle da Namisa descrita na Nota 3, em 30 de novembro de 2015 houve um aumento de capital no valor de R\$6.056.538, com a emissão de 30.112.300 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas com ações representativas de 40% do capital da Namisa detidas pelo Consórcio Asiático. Também como parte da transação, imediatamente após essa integralização, o Consórcio Asiático vendeu 7.529.878 de ações ordinárias. **20.b) Capital social autorizado:** O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2016 define que o capital social pode ser elevado a até 300.000.000 de ações ordinárias, por decisão do Conselho de Administração. **20.c) Reserva de capital:** A reserva de capital no montante de R\$141.723 refere-se ao excedente entre o valor efetivamente integralizado pela CSN no montante de R\$156.723 e o valor destinado ao capital social o valor de R\$15.000. **20.d) Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. **20.e) Composição Acionária:** Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a composição acionária era a seguinte:

	Quantidade de ações Ordinárias	%
Companhia Siderurgica Nacional	158.419.480	87,52370%
Brazil Japan Iron Ore Corporation	18.178.466	10,04320%
Pohang Iron and Steel Company	3.658.394	2,02120%
China Steel Corporation	745.562	0,41190%
	181.001.902	100,0000%

20.f) Dividendos: De acordo com o estatuto social da Companhia e o Acordo de Acionistas, do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o art. 202 da Lei 6.404, serão devidos dividendos calculados conforme a seguir: • dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas; • dividendo adicional equivalente a 25% do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas, subtraindo-se os valores que forem retidos com base em orçamento de capital; • o saldo que não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos (“Reserva de Investimentos”), exceto se de outra forma for aprovado pela assembleia geral, sendo certo que (i) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% do Lucro Líquido Ajustado; e (ii) a Reserva de Investimentos não poderá exceder 100% do capital social da Companhia; • qualquer valor não alocado conforme previsto acima será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais. A Companhia propôs a destinação dos lucros que será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. O quadro a seguir demonstra os valores da proposta:

	31/12/2015 31/12/2016 Reapresentado	
Lucro líquido do exercício	662.844	2.184.947
Compensação de prejuízos acumulados	-	(48.936)
Reserva Legal	(33.142)	(106.801)
Reserva de Investimento	(314.850)	(1.521.908)
Reserva de Lucros a realizar	-	(507.302)
Dividendos mínimos obrigatórios	(157.426)	-
Dividendos adicionais propostos	(157.426)	-

20.g) Lucro por ação: O lucro (prejuízo) por ação básica foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui ações em tesouraria. O lucro por ação foi calculado conforme demonstrativo abaixo:

	31/12/2015 31/12/2016 Reapresentado	
Lucro líquido do exercício	662.844	2.184.947
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	181.002	74.310
Média ponderada da quantidade de ações	3,6621	29,4031

21. RECEITA DE VENDA

A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	Consolidado 31/12/2016	Controladora 31/12/2015 31/12/2016	
Receita Bruta	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Mercado interno	665.395	62.546	665.395
Mercado externo	4.800.769	156.757	3.669.030
Provisão de ajuste de preço aplicável ao contrato de venda	82.446	(8.502)	24.269
	5.548.610	218.801	4.358.694

Deduções			
Impostos incidentes sobre vendas	(131.470)	(14.677)	(131.470)
Abatimentos	(72)	-	(72)
	(131.542)	(14.677)	(131.542)
Receita Líquida	5.417.068	196.124	4.227.152

As receitas líquidas registradas nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 são menores que aquelas registradas nas demonstrações financeiras da controladora em função da eliminação dos resultados não realizados pelas controladas relativos à compra de minério de ferro da controladora.

22. DESPESAS POR NATUREZA:

	Consolidado 31/12/2016	Controladora 31/12/2015 31/12/2016	
Receita Bruta	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Frete/Seguro marítimo	(849.134)	(9.301)	-
Mão de obra	(621.941)	(25.520)	(579.264)
Manutenção (Serviços e Materiais)	(452.980)	(19.562)	(431.111)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(445.781)	(31.228)	(445.761)
Serviços de Terceiros (Inclusive Concessionárias)	(418.838)	(21.018)	(380.915)
Material de terceiros	(323.321)	-	(323.321)
Suprimentos	(249.572)	(9.252)	(237.523)
Movimentação interna	(170.085)	-	(161.873)
Impostos e taxas	(140.086)	-	(133.323)
Frete ferroviário	(103.348)	-	(103.348)
Arrendamento Portuário	(101.099)	-	(101.099)
Despesas Portuárias	-	(16.435)	-
Outros	(197.252)	(12.914)	(191.192)
Total por natureza	(4.073.437)	(145.230)	(3.088.730)
Custo dos produtos vendidos	(3.030.306)	(95.771)	(2.936.246)
Despesas com vendas	(877.270)	(43.586)	(25.965)
Despesas gerais e administrativas	(165.861)	(5.873)	(126.519)
Total por alocação	(4.073.437)	(145.230)	(3.088.730)

As despesas por natureza registradas nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 são menores que aquelas registradas nas demonstrações financeiras da controladora em função da eliminação dos resultados não realizados pelas controladas relativos à compra de minério de ferro da controladora.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS:

	Consolidado 31/12/2015 31/12/2016 Reapresentado	Controladora 31/12/2015 31/12/2016 Reapresentado	
Outras receitas operacionais	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos decorrentes da combinação de negócios (nota 3.4)	-	2.023.395	-
Crédito Extemporâneo PIS/COFINS	6.994	10.385	6.994
Utilização de fundo de reversão CBS	7.018	-	7.018
Indenizações	22.643	-	22.643
Ganho na aquisição de investimento	25.252	-	-
Outras receitas	4.417	354	4.384
	66.324	2.034.134	41.039

Outras despesas operacionais			
Impostos e contribuições ⁽¹⁾	(69.584)	-	(4.360)
Provisão para perda depósito judicial trabalhista	(3.646)	-	(3.646)
Reversão/(provisão) de passivo ambiental	(4.285)	2.582	(4.285)
Reversão/(provisão) previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões (nota 18.b)	(15.523)	(1.663)	(15.523)
Contingências previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais realizadas	(6.506)	-	(6.506)
Provisão de perda estimada e baixa de ativos (nota 10)	(43.322)	-	(43.322)
Provisão de perdas estimadas com estoques de sobressalentes (nota 6)	(13.464)	-	(13.464)
Despesa plano de pensão (nota 25.c)	(96)	306	(96)
Despesa com estudos e engenharia de projetos	(1.374)	(775)	(1.374)
Reversão/(provisão) reestruturação industrial	2.460	(2.498)	2.460
Outras despesas	(8.988)	(16.085)	(6.920)
	(164.328)	(18.133)	(97.036)

Outras receitas e (despesas) operacionais líquidos
1.Reconhecimento imposto “Derrama” 2014 e 2015 devido nas empresas sediadas na Ilha da Madeira / Portugal, pagamento realizado em julho e dezembro de 2016, respectivamente.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS:

	Consolidado 31/12/2016	Controladora 31/12/2015 31/12/2016	
Despesas financeiras:	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(307.950)	(283.775)	(307.950)
Partes relacionadas (Nota 12.b)	(89.979)	(3.433)	(103.432)
Juros Capitalizados (Nota 10)	88.120	5.589	88.120
Juros, multas e moras fiscais	(18.768)	(939)	(11.197)
Outras despesas financeiras	(42.899)	(13.161)	(41.811)
	(371.476)	(295.719)	(376.270)

Receitas financeiras:			
Partes relacionadas (Nota 12.b)	-	245.700	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	20.821	2.592	16.170
Outros rendimentos	8.855	6.697	8.649
	29.676	254.989	24.819

Variações monetárias líquidas	112	949	(236)
Variações cambiais líquidas	28.389	(6.511)	28.956
Variações monetárias e cambiais líquidas	28.501	(5.562)	28.720
Resultado financeiro líquido	(313.299)	(46.292)	(322.731)

25. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO: A Companhia é patrocinadora em conjunto com seu acionista controlador em planos de pensão concedidos para os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN (“CBS”), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas empresas do grupo que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto por dez membros efetivos, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes. **25.a) Descrição dos planos de pensão: Plano Misto de Benefício Suplementar:** Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev. **Plano CBSPREV:** Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício. **Plano CBSPREV Namisa:** É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração. Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está aberto para entrada de novos participantes, porém encontra-se em andamento junto a Previc pedido de análise para fechamento do plano. **25.b) Política de investimento:** A política de investimento estabelece os princípios e as diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à Companhia, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, com base no estudo de ALM (“Asset Liability Management”), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano. O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de cinco anos, conforme estabelece a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 7, de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. **25.c) Benefícios concedidos e a conceder no Plano Misto de Benefício Suplementar:** A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente da obrigação de benefício definido	8.243	9.559
Valor justo dos ativos do plano	(18.991)	(11.396)
Déficit/(Superávit)	(10.748)	(1.837)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	-	63
Passivo/(Ativo) líquido	(10.748)	(1.774)
Passivos	-	1
Ativos	(10.748)	(1.773)

Passivo/(Ativo) Líquido reconhecido no Balanço patrimonial
O valor reconhecido na demonstração do resultado em “Outras despesas operacionais, líquidas” foi uma despesa de R\$ 96 em 31 de dezembro de 2016 (receita de R\$ 306 em 31 de dezembro de 2015), decorrente do cálculo atuarial. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes, totalizou um ganho atuarial de R\$7.591 (em 31 de dezembro de 2015, totalizou uma perda atuarial de R\$ 1.482). A perda ou o ganho atuarial são decorrentes de flutuação nos investimentos que compõem a carteira de ativos do plano. As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/16	31/12/2015
Método atuarial de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados

Tábuas de mortalidade geral	de outubro	de outubro
Tábuas de entrada em invalidez	11,83%	13,43%
Tábuas de mortalidade de inválidos	5,50%	5,70%
	6,56%	6,76%
	5,50%	5,70%
	11,83%	13,43%
	Plano Milênio e Plano de Assistência Médica: AT 2000 segregada por sexo	Plano Milênio e Plano de Assistência Médica: AT 2000 segregada por sexo
	Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)	Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)
	Light Média	Light Média
	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD
	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano

Idade de aposentadoria
95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido
Seguem os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de pensão:

Pagamento de benefícios esperados							
Ano 1							2016
Ano 2							618
Ano 3							656
Ano 4							714
Ano 5							776
Próximos 5 anos							841
Total de pagamento esperados							5.225

26. COMPROMISSOS: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía contratos com cláusulas de “take-or-pay” e de concessões, conforme demonstrado no quadro abaixo: **26.a) Contratos “take-or-pay”:** Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza do serviço	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Transporte de minério de ferro, carvão, coque e outros produtos de mineração.	750.080	603.018	603.018	603.018	603.018	3.567.859	5.979.931
	750.080	603.018	603.018	603.018	603.018	3.567.859	5.979.931

26.b) Contratos de concessão: Os pagamentos mínimos futuros referentes às concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2016, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Concessão	Natureza do serviço	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O contrato foi renovado antecipadamente e sua expiração ocorrerá em 2047.	100.217	100.217	100.217	100.217	2.705.859	3.106.727

27. SEGUROS: Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN Mineração. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário. Os seguros da Companhia são contratados em conjunto com os seguros do acionista controlador CSN. Em 2016, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de novembro de 2016 a 30 de setembro de 2017. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$600 milhões e cobre as seguintes unidades e controladas de nosso acionista controlador CSN: Usina Presidente Vargas, CSN Mineração, Sepetiba Tecon e CSN Mining. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$375 milhões em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA: Em 2015 a Companhia recebeu ativos e passivos de seu acionista controlador em função de reorganizações societária e também adquiriu o controle da Namisa, conforme descrito nas Notas 1 e 3. Em função desses eventos, as rubricas do balanço patrimonial foram afetadas, mas não impactaram as demonstrações dos fluxos de caixa. A tabela a seguir apresenta as informações sobre os ativos e passivo das referidas transações. Em relação aos balanços da Namisa, a coluna controladora refere-se ao balanço na data da incorporação em 31 de dezembro de 2015 e a coluna consolidado refere-se ao balanço em 30 de novembro de 2015 na data da aquisição e primeira consolidação da Namisa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)									
	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora	
	Estabelecimento CdP + Tecar	Namisa	Estabelecimento CdP + Tecar	Namisa		Estabelecimento CdP + Tecar	Namisa	Estabelecimento CdP + Tecar	Namisa
Ativo					Salários e encargos	(47.154)	(14.838)	(47.154)	(11.692)
Circulante					Impostos a pagar	(23.616)	(321.275)	(23.616)	(66.051)
Caixa	-	533.770	-	213.355	Dividendos	-	(1.156.800)	-	(1.156.800)
Contas a receber	650.716	721.059	650.716	193.612	Outras contas pagar	(261.794)	(269.715)	(261.794)	(180.858)
Estoques	497.356	64.293	497.356	61.513					
Adiantamentos a fornecedores	-	113.847	-	108.385	Não circulante				
Impostos a recuperar	19.280	35.578	19.280	24.762	Empréstimos e financiamentos	(3.257.337)	(25.307)	(3.257.337)	(24.922)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.351.353	Adiantamento a clientes	(9.306.561)	-	(9.306.561)	-
Outros ativos	28.311	167.753	28.311	3.461	Tributos	-	(75.665)	-	(75.908)
Não circulante					Diferidos passivo	-	(140.118)	-	(143.146)
Adiantamentos a fornecedores	-	9.310.901	-	9.306.561	Outras contas pagar	(24.804)	(8.970)	(24.804)	(9.588)
Estoques	144.483	-	144.483	-	Contingências	(61.210)	(7.486)	(61.210)	(7.849)
Impostos a recuperar	41.148	130.200	41.148	131.069	Acervo Líquido	156.723	9.752.014	156.723	9.760.816
Impostos diferidos	73.436	-	73.436	-	29. EVENTOS SUBSEQUENTES:	• Aquisições: Em 14 de julho de 2017 a Companhia concluiu a aquisição da CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A. , a empresa prestadora de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens, que até esta data era controlada pela CSN, o valor da aquisição foi de R\$ 99.452. O acervo da CGPAR foi incorporado à Companhia em 31 de agosto de 2017. • Processos Possíveis (Andamento relevante no Processo n. 19515.723053/2012-72): A Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF julgou no dia 14/03/2017 recurso especial da Fazenda Nacional contra decisão anterior favorável à Namisa, (Incorporada na CSN Mineração) prolatada no processo nº 19515.723053/2012-72, em que a Receita Federal do Brasil questiona a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio decorrente da operação realizada com o Consórcio Asiático em 2008. O CARF, em síntese, entendeu pela procedência do auto de infração. A Companhia, todavia, tem absoluta convicção quanto à legitimidade da operação e, portanto, está tomando as medidas judiciais cabíveis. Importante ressaltar, por fim, que essa decisão não altera o prognóstico de perda do caso, que permanece como possível, vide nota 18.			
Investimentos	6.173.113	171.760	6.173.113	217.894					
Imobilizado	5.913.685	511.577	5.913.685	509.637					
Intangível	18.912	581.968	18.912	581.860					
Passivo									
Circulante									
Empréstimos e financiamentos	-	(4.680)	-	(1.232.377)					
Fornecedores a pagar	(323.944)	(573.218)	(323.944)	(40.914)					
Adiantamento a clientes	(108.385)	-	(108.385)	-					
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					DIRETORIA				
Benjamin Steinbruch (Presidente)					Enéas Garcia Diniz - Diretor Geral de Operações				
Miguel Ethel Sobrinho Luís Fernando Barbosa Martinez David Moise Salama					Hisakazu Yamaguchi - Diretor Planejamento Estrategico				
Antonio Bernardo Vieira Maia Pedro Gutemberg Quariguasi Netto Shigetoshi Imai					Armando Mauricio Max - Diretor de Operações				
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS									
À Administração e aos Acionistas da CSN Mineração S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSN Mineração S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CSN Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015: Conforme descrito na nota explicativa nº 2.a.a) às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir novos ajustes contábeis e de determinação de valores justos na aplicação do pronunciamento técnico CPC 15 (RI) - Combinação de Negócios e da norma internacional IFRS 3 - "<i>Business Combination</i>", emitida pelo IASB, sobre a combinação de negócios realizada entre a Companhia e a Namisa. Nossa opinião continua sem nenhuma modificação relacionada a esse assunto. <i>Transações com partes relacionadas:</i> Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, existem transações relevantes com partes relacionadas. Nossa opinião não contém nenhuma modificação relacionada a esse assunto.									
São Paulo, 5 de dezembro de 2017 Deloitte. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8 Gilberto Grandoipho Contador CRC nº 1 SP 139572/O-5									

8 | 8

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO – SEEB/BH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS EMPREGADOS DO BANCO BONSUCESSO S/A.

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO – SEEB/BH, inscrito no CNPJ sob o nº 17.218.165/0001-37, com sede em Belo Horizonte, na rua dos Tamoios, 611, bairro Centro – CEP 30.120-050; neste ato por sua presidenta e representante legal, convoca todos os empregados do BANCO BONSUCESSO S.A. lotados em sua base territorial, para assembleia geral extraordinária, a se realizar no dia 21 de fevereiro de 2018 (quarta-feira), às 18h em primeira convocação e às 18h30 em segunda, na sede do Sindicato – endereço acima -; para discussão e deliberação sobre o seguinte ponto de pauta: minuta do Acordo Coletivo de Trabalho de Participação nos Lucros e Resultados Complementar do Banco Bonsucesso S/A – exercício de 2018. Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2018. SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO Eliana Brasil Campos Presidenta

PREFEITURA DE VESPASIANO.
PL Nº 016/2018 - PE Nº 004/2018.
AVISO DE LICITAÇÃO. OBJETO:
Aquisição de material de copa e cozinha (pratos). Início de acolhimento de proposta: Às 08h do dia 27/02/2018; As propostas serão recebidas até às 09 horas do dia 01/03/2018; Início da sessão de disputa de preços: 10h do dia 01/03/2018. Edital dispo- nível nos sites www.vespasiano.mg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

Abandono de emprego
Rosiane Vitor de Souza Santos
CPF : 114.743.056-01
Gentileza comparecer em até 48hrs no depto. de pessoal do Supermercados BH, localizado na rua Guajajaras 1.540 - Barro Preto - Bh, Mg, munido de documentação pessoal. O não comparecimento será considerado abandono de emprego.
Att.
Supermercados BH

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL, EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Espécie: 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 128/2011, referente a Tomada de Preços 20/2011. Partes: Município de Coromandel-MG e SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA CNPJ:03.698.525/0001-30. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES, NO MUNICÍPIO DE COROMANDEL/MG, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº. 0312.264-86/2009 DO MINISTÉRIO DO TURISMO/CEF. O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 128/2011 por mais 12 meses. Nova vigência: 24/01/2018 até 23/01/2019. Informações no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170 – Centro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL, EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2016, referente à Tomada de Preços 06/2015 – Processo 91/2015. Partes: Município de Coromandel-MG e Séculus Construtora Ltda CNPJ:03.698.525/0001-30. Objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia, para construção de Creche Pré-Escola, no Bairro Taquaril, conforme Termo de Compromisso PAC nº 11693/2014, firmado entre o Município de Coromandel e o FNDE. O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do prazo de vigência do contrato nº 10/2016 por mais 12 meses. Nova Vigência: 02/02/2018 à 01/02/2019. Informações no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170 – Centro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL, EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2016, referente à Tomada de Preços 07/2015 – Processo 92/2015. Partes: Município de Coromandel-MG e Séculus Construtora Ltda CNPJ:03.698.525/0001-30. Objeto: Contratação de empresa especializada em Engenharia, para construção de Creche pré-escola, no Bairro Sagrada Família, conforme Termo de Compromisso PAC nº 46676, firmado entre o Município de Coromandel e o FNDE. O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do prazo de vigência do contrato nº 11/2016 por mais 12 meses. Nova Vigência: 10/02/2018 à 09/02/2019. Informações no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170 – Centro. Coromandel-MG, 15 de fevereiro de 2018. Nilda Maria dos Anjos Dorneles-Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE/MG
Torna público que no dia **02 de MARÇO de 2018**, às 08:00 horas, estará realizando **Processo Licitatório nº 022/2018, Pregão Presencial nº 010/ 2018, Registro de Preços nº 005/2018**, do Tipo MENOR PREÇO "POR ITEM", tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**, conforme especificações no Anexo I. O Edital na íntegra está disponível na Prefeitura Municipal de Lassance/MG, Rua Nossa Senhora do Carmo nº 726 - Centro (38) 3759-1267 - licitalassance@hotmail.com - Pregoeiro e Equipe de Apoio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE/MG
Torna público que no dia **05 de MARÇO de 2018**, às 09:00 horas, estará realizando **Processo Licitatório nº 023/2018, Pregão Presencial nº 011/ 2018, Registro de Preços nº 006/2018**, do Tipo MENOR PREÇO "POR ITEM", tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL**, conforme especificações no Anexo I. O Edital na íntegra está disponível na Prefeitura Municipal de Lassance/MG, Rua Nossa Senhora do Carmo nº 726 - Centro (38) 3759-1267 - licitalassance@hotmail.com - Pregoeiro e Equipe de Apoio.

EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EXERCÍCIO DE 2018
O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, CAETÉ, VESPASIANO e SABARÁ, SINDEESS, entidade sindical profissional de primeiro grau, com base territorial nos Municípios de Belo Horizonte, Caeté, Vespasiano e Sabará, na pessoa de seu presidente, Sr. JOSÉ MARIA PEREIRA, fazendo uso do que lhe confere o estatuto social, pelo presente Edital, faz saber aos senhores empregadores de hospitais, clínicas em geral, casas de saúde e demais estabelecimentos de saúde, com ou sem fins lucrativos, com sede nos municípios de Belo Horizonte, Caeté, Vespasiano e Sabará, aos empregadores de consultórios médicos (pessoa física ou jurídica), odontológicos (pessoa física ou jurídica), auxiliares e técnicos de serviços, paramédicos, tais como: técnico radioterapia, de cobaltoterapia, de eletroencefalografia, de hemoterapia, de tomografia, auxiliares e técnicos de serviços médicos, burocratas, massagistas, duchistas, pedicuros e, ainda, os empregadores em empresas de prótese dental, clínicas veterinárias, com sede nos municípios acima mencionados, que, conforme dispõem os arts. 578, 580 e 582, da CLT, deverão descontar dos salários de seus empregados a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL correspondente a um dia de trabalho dos salários do mês de Março de 2018, conforme aprovado e autorizado prévia e expressamente em assembleias nos dias 05,06,07 e 08 de fevereiro de 2018, e recolhido em nome do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Belo Horizonte, Caeté, Vespasiano, Sabará, código e número 02123007212-0, junto ao órgão arrecadador, até o dia 30 de Abril de 2018 (Art. 586 da CLT). As entidades empregadoras que não receberam, via postal, as respectivas guias de recolhimento, devem solicitá-las na sede do sindicato, à Rua Floresta, nº 114, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP 31.015-174, telefone (31) 2102-2657 EMAIL: arrecadacao@sindeess.org.br e ou emití-la através do site da Caixa Econômica Federal. Ficam as entidades empregadoras advertidas que, em caso de não recolhimento, o SINDEESS de BH e Região irá promover, nos termos do disposto no artigo 606 da CLT, a competente Ação Judicial de Cobrança, mediante Ação Executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelo Ministério do Trabalho. Outrossim, esclarece que a importância a ser descontada a favor do sindicato, deverá corresponder à remuneração (soma de todas as parcelas de crédito) de um dia de trabalho de cada um de seus empregados, sindicalizados ou não, percebidos no mês de março do corrente ano (art. 580, inciso I, CLT). Uma vez recolhida a CONTRIBUIÇÃO os empregadores deverão remeter ao sindicato no prazo de até 15 (quinze) dias do recolhimento, a seguinte documentação: relação nominal dos Empregados Contribuintes, indicando a função de cada um, o salário percebido no mês a que corresponder a Contribuição, com o respectivo valor recolhido, bem como a indispensável GRCSU GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA correspondente, devidamente quitada. Permitto-nos chamar a atenção de V.Sas., quanto a opção de que se trata o art. 585 da CLT: - os empregados, portadores de grau ou título profissional liberal, que não a exercem no estabelecimento, não estão, para este efeito, integrados em categoria de profissionais liberais, não cabendo, portanto, o direito de opção prevista no citado artigo 585 da CLT, devendo pagar a Contribuição Sindical a favor deste Sindicato. Os que exercem profissão liberal e também ocupam emprego nas condições do item anterior, ficam sujeitos à múltipla contribuição sindical, correspondente a cada profissão exercida. O recolhimento da Contribuição Sindical efetuado fora do prazo, quando espontâneo, será acrescido, de multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente ao atraso, além de juros de mora 1% (um por cento) ao mês e correção monetária (art. 600, da CLT). Por último, tomamos a liberdade de sugerir aos senhores que seja feito o recolhimento da Contribuição Sindical preferencialmente em casas lotéricas ou agências da Caixa Econômica Federal, nos primeiros dias do mês destinado ao seu pagamento (abril de 2018) a fim de evitar as dificuldades de última hora e, finalmente, sugere-se que o recolhimento seja feito em GRCS com códigos de barras. Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2018. JOSÉ MARIA PEREIRA – Presidente do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, CAETÉ, SABARÁ E VESPASIANO.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL.
O Presidente do **Sindicato dos Trabalhadores em Montagens Industriais em Geral do Estado de Minas Gerais – SITRAMONTI-MG**, entidade sindical com sede na Avenida Silvano Brandão,nº427, Bairro Sagrada Família,Belo Horizonte,Estado de Minas Gerais, CEP 31030-525.Registro Sindical no Ministério do Trabalho e Emprego 46211.002758/2008-63 - CNPJ: 08.675.575/0001-16,Código Sindical: 921560.326.98002-7 – no uso de suas atribuições estatutárias e na forma da lei, em especial no que dispõe o art. 605 da consolidação das leis trabalhistas, comunica a todas as empresas de Montagens, Manutenções e prestação de serviços de Montagens industriais em geral, eletromecânicas e congêneres, com base territorial e prestação de serviços no Estado de Minas Gerais,nas pessoas e quem compete, que deverá descontar, na folha de pagamento do Mês de Março de 2018, e em contratações posteriores, em folha suplementar , de todos os trabalhadores , ocupantes de cargos e funções, inclusive administrativos, lotados nas empresas e obras, o valor correspondente a **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA**, prevista no artigo 582 da CLT, com observância, ainda, dos demais artigos do capítulo III da seção V do mesmo diploma legal,além portarias reguladoras. A importância a ser descontada deverá corresponder a 1/30(um trinta avos) da remuneração de cada trabalhador, sindicalizado ou não, devendo o recolhimento ser efetuado até o dia 30 de Abril de 2018, nos estabelecimentos financeiros credenciados pelo SITRAMONTI-MG,com posterior remessa dos seguintes documentos para sede da entidade sindical: 1) relação nominal dos trabalhadores contribuintes,indicando o cargo e remuneração percebida da GRCSU – Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana, devidamente quitada, correspondente. O não recolhimento da Contribuição à entidade sindical,implicara na aplicação da multa dos 10%(dez por centos)sobre o valor da contribuição, nos 30(trinta) primeiros dias, acrescidas de 2%(dois por cento) por mês subsequente de atraso, mais 1%(um por cento) de juros ao mês, ou fração de mês.

Belo Horizonte, 13 de Fevereiro de 2018.
José Geraldo Domingues
Presidente do SITRAMONTI-MG



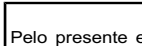
REAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 769/2017

LICITAÇÃO COM RESERVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM". SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRATÃO, através da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Registro de Preços para futura ou eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gás de cozinha (GLP), em atendimento à Secretaria acima citada. O Credenciamento para este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 02/03/2018, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal - <http://licitacoes.caixa.gov.br>. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia 05/03/2018 e o início dos Lances na Internet será das 13:00 até às 14:00 horas do dia 05/03/2018, no mesmo endereço WEB. Uberlândia, 14 de fevereiro de 2018. **MONICAMARIACOSTA**- Diretoria de Compras



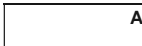
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME/MG, por meio da sua Assessoria de Licitações e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA 001/2018**, cujo objeto é a **OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI, PELO PRAZO DE 15 (quinze) ANOS**, conforme especificações dos ANEXOS do edital. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura até às **08:45 horas do dia 03/04/2018**. A abertura está prevista para o dia **03/04/2018, às 09:00 horas**. Cópias do Edital poderão ser adquiridas até o dia **03/04/2018**, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00 hs**, ao preço de R\$ 10,00 **mais taxa de expediente**, e/ou gratuitamente pelo site: www.mateusleme.mg.gov.br. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5829 – 3537-5805.
Adm. Sérgio Guimarães Leite – Assessor de Licitações e Contratos.
Mateus Leme, 15 de fevereiro de 2018.



EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL RUA NAIR PENTAGNA GUIMARAES, Nº 165, APTO 204, LOTE 01 A 36, QUADRA 29-A, BAIRRO HELIOPOLIS BELO HORIZONTE MG** CEP 31741545
1º leilão 20/02/18 partir 12:00 horas
2º leilão 20/03/18 partir 12:00 horas
Local AGENCIA DA CAIXA - AVENIDA ALVARES CABRAL, 1700, SANTO AGOSTINHO BELO HORIZONTE MG
Agente Financeiro: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
Mutuários:
ELCIO DE FREITAS, CPF 34924337668,
MAFALDA TOFANELI BRANDAO DE FREITAS, CPF 62418378691
SUZANE AMORIM DE OLIVEIRA, CPF 55953948620,
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilao
Informações tel 3438142286 ou AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959 RESIDENCIAL GRAMADO PATOS DE MINAS MG CEP 38706209
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR
Leiloeiro Oficial
SED:1929C



ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE UBERABA, NOVA PONTE E ÁGUA COMPRIDA/MG, entidade sindical inscrita no CNPJ sob o n. 17.778.382/0001-81 com sede na cidade de Uberaba – Estado de Minas Gerais na Avenida Edilson Lamartine Mendes, nº. 573, Bairro: Parque das Américas, CEP: 38045-000, CONVOCA todos os membros da categoria: trabalhadores rurais ativos, assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais e hortifruticultura, na base territorial de Uberaba/MG para a realização de Assembleia-Geral Extraordinária aos 26/02/2018 na BR 050, Km 121, no galpão da Fazenda Santa Juliana Uberaba/MG às 15:00 em primeira convocação ou às 15:30 em segunda convocação, com qualquer número de presentes, Na base territorial de Nova Ponte/MG aos 27/02/2018 na Fazenda Uberaba – Rod. Municipal 304, Km 2,5, Entrada Rodovia MG 190/MG Trevo Almeida campos, às 06:30 em primeira convocação ou às 07:00 em segunda convocação, com qualquer número de presentes. Na base territorial de Água Comprida/MG aos 28/02/2018 na Câmara Municipal de Água Comprida, na Rua Vinte e Três, nº. 195, Bairro: Centro, Água Comprida/MG, às 16:00 em primeira convocação ou às 16:30 em segunda convocação, com qualquer número de presentes, com qualquer número de presentes, para deliberação acerca da seguinte Ordem do Dia: (1) autorização coletiva prévia e expressa para o desconto das contribuições sindical, independentemente de associação e sindicalização, na forma do Enunciado n. 38 da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA; e (2) demais assuntos de interesse da categoria.



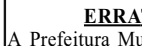
Uberaba/MG, 16 de fevereiro de 2018.

VANDERLEI FRANCISCO DA SILVA
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG

PUBLICAÇÃO PREGÃO Nº 007-2018
A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que se destina a **contratação de empresa para registro de preço na aquisição de materiais/peças “novas” visando a manutenção preventiva e corretiva dos poços artesanais atendidos pelo Município de Conselheiro Lafaiete**. Data de Credenciamento e recebimento das propostas e documentação: dia 28/02/2018 às 09h:30min, na Av. Mário Rodrigues Pereira - 10 – Centro, em Conselheiro Lafaiete/MG. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestadas na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou pelo telefone (31) 3769-2533 no horário de 12:00 às 16:00 horas. O edital poderá ser retirado pelo site: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br.
Conselheiro Lafaiete, 15/02/2018
Rosângela Ramalho– Pregoeira da CPL



ERRATA PUBLICAÇÃO PREGÃO Nº 006-2018

A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que se destina a **Contratação de empresa especializada para Registro de Preço de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para poços artesanais**. Data de Credenciamento e recebimento das propostas e documentação: dia **26/02/2018** às 14h:00min, na Av. Mário Rodrigues Pereira - 10 – Centro, em Conselheiro Lafaiete/MG. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestadas na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou pelo telefone (31) 3769-2533 no horário de 12:00 às 16:00 horas. O edital poderá ser retirado pelo site: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br.
Conselheiro Lafaiete, 08/02/2018
Rosângela Ramalho– Pregoeira da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARANDIBA/MG

RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0001/2018 - OBJETO: Concessão do serviço público de transporte por táxi, no município de Itamarandiba. Retificação da data de abertura: A abertura da licitação em referência será dia 27/02/2018 as 09:00. Demais condições permanecem inalteradas.
José Adilson Oliveira – Presidente CPL



HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIÚVA/MG

O Hospital Municipal Dr. Gil Alves, através de sua Pregoeira torna público que fará realizar no dia 28/02/2018, às 08:00 (oito horas) licitação na modalidade Processo Licitatório nº 001/2018, Pregão Presencial nº 001/2018, exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e empresário individual, objetivando o registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais, madeiras e ferramentas de construção civil, e outros materiais para manutenção de bens imóveis para atender as necessidades do Hospital Municipal Dr. Gil Alves do município de Bocaiúva/MG, conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3251-6557 - e-mail: licitacoes1.hga@gmail.com
Pregoeira: Camila Emanuele Leal Martins



EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL RUA FERNANDO FRANÇA CAMPOS Nº27, SAO BENTO BELO HORIZONTE MG** CEP 30350520
1º leilão 20/02/18 partir 12:00 horas
2º leilão 20/03/18 partir 12:00 horas
Local AGENCIA DA CAIXA - AVENIDA ALVARES CABRAL, 1700, SANTO AGOSTINHO BELO HORIZONTE MG
Agente Financeiro: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
Mutuários:
HAYDE OLIVEIRA ARAUJO, CPF 34500960600,
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilao
Informações tel 3438142286 ou AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959 RESIDENCIAL GRAMADO PATOS DE MINAS MG CEP 38706209
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR
Leiloeiro Oficial
SED:1D4B0



EDITAL
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINTTRAV-MG, inscrito no CNPJ sob o nº 10.435.369/0001-80, neste ato representado pelo seu presidente, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme autorização prévia e expressa de todos os membros da categoria, conferida em AGE realizada no dia 09/02/2018, vem por meio do presente edital e em cumprimento ao art. 605, da CLT, dar publicidade e **NOTIFICAR** os empregadores da categoria profissional representada da obrigatoriedade do desconto da Contribuição Sindical prevista pelo art. 578, nos termos e prazos previstos no art. 580 e art. 582, todos da CLT, a incidir sobre os salários concernentes ao mês de Março de 2018, com observância, ainda, aos demais artigos do Título V, capítulo III da CLT. Os valores deverão ser recolhidos à Caixa Econômica Federal até o dia 30 de Abril de 2018, impreterivelmente, através da guia de recolhimento de contribuição sindical urbana – GRCSU, com a posterior remessa ao sindicato laboral, situado na Rua Esmeralda, nº 512, Prado, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.411-191, dos seguintes documentos: 1) cópia do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e relação nominal dos empregados contribuintes, indicando a função e o salário recebido no mês do desconto, com o respectivo valor recolhido; 2) GRCSU – Guia de recolhimento de contribuição sindical urbana, devidamente quitada. O não recolhimento sujeitará o responsável às penalidades previstas pelo art. 600, da CLT. As guias de recolhimento já podem ser expedidas, através do site da Caixa Econômica Federal. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2018. Emanuel da Silva Sady – Presidente.



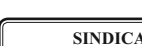
PREFEITURA DE VESPASIANO.

PL Nº 232/2017 – INEX Nº 018/2017. A CPL julga credencias QANTUM WEB TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. e ZETRASOFT LTDA. e sorteada e classificada em 1º lugar a credenciada QANTUM WEB TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ/MG

PA 246/17 PE 090/17. A P.MI, através do Pregoeiro, torna sem efeito a publicação do dia 31/01/2018 do processo em epígrafe e publica NOVA DATA. Acolhimento das propostas: do dia 27/02/2018 até 9h00 do dia 05/03/2018 e Abertura da disputa de lances: 05/03/2018 às 10h00m. Edital disponível sites: www.ibirite.mg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br



SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS DE MINAS GERAIS - EDITAL

O Presidente do Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais, comunica à categoria que a contribuição sindical/2018, vencerá no dia 28/02/2018, no valor de R\$265,00.
Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2018.
Dr. Eduardo Carlos Gomide - Presidente



HOJE
EM DIA

LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

DITRASA S/A - CNPJ: 18.460.972/0001-24 - IE: 480.179612-0060 - AV. JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, 1033 - PATOS DE MINAS-MG			
Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2017 e 2016			
ATIVO			
CIRCULANTE	2017	2016	
Caixa e Bancos	5.603.035,86	3.840.450,95	
Aplicações Financeiras	5.724.981,46	3.677.000,00	
Contas a Receber	11.582.688,63	13.697.377,25	
Estoque de Mercadorias	25.716.507,85	21.629.517,24	
Estoque de Terceiros	333.030,23	460.870,56	
Impostos e Taxas a Recuperar	54.547,27	140.873,65	
Adiantamentos a Fornecedores	309.571,11	244.958,46	
Adiantamentos Férias/Salários	120.431,64	97.478,60	
Contas Correntes	254.050,13	128.962,90	
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações Fundo Garantidor	7.308.639,14	7.125.489,91	
PERMANENTE			
Investimentos	136.077,66	49.034,52	
Imobilizado	1.601.003,94	1.114.430,79	
Intangível	13.293,31	13.293,31	
(-) Depreciação	-634.546,14	-572.032,08	
TOTAL DO ATIVO	58.123.312,09	51.647.706,06	
PASSIVO			
CIRCULANTE	2017	2016	
Fornecedores	12.751.507,88	11.333.298,02	
Adiantamento de Clientes	172.051,35	234.033,16	
Contratos de Arrendamento	38.558,85	38.558,85	
Obrigações Fiscais e Sociais	570.123,85	517.326,35	
Encargos s/ Provisão Férias a Pagar	207.525,72	189.199,61	
Salários a Pagar	360.308,24	301.026,25	
Provisão de Férias a Pagar	545.217,75	499.896,54	
Mercadoria de Terceiros	359.114,52	489.211,87	
Venda com Entrega Futura		21.434,00	
Juros s/ Patrimônio Líquido	2.235.440,67	2.066.361,87	
Créditos de Terceiros	330.560,42	228.444,95	
Provisão CSLL	11.275,32	33.352,33	
Provisão Imposto de Renda	26.679,07	45.317,29	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	35.397.128,17	31.033.128,17	
Reserva Legal	1.515.726,62	1.352.495,56	
Lucro Líquido Apurado no Exercício	3.640.652,51	3.264.621,24	
TOTAL DO PASSIVO	58.123.312,09	51.647.706,06	
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016			
ORIGENS DOS RECURSOS	2017	2016	
Lucro Líquido do Exercício	3.640.652,51	3.264.621,24	
Aumento do Capital Social	2.071.503,01	1.557.618,81	
Depreciação	62.514,06	220.252,64	
Resgate do Fundo Garantidor	1.057.251,40	620.174,81	
Alienação de Bens do Ativo Imobilizado		468.144,06	
TOTAL DAS ORIGENS	6.831.920,98	6.130.811,56	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
Distribuição de Dividendos	808.893,19	211.153,91	
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	486.573,15	593.310,20	
Result. Equival. Patrim. Agropec. e Participação Pedro Santos S/A	87.043,14		
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.240.400,63	1.315.972,05	
TOTAL DAS APLICAÇÕES	2.622.910,11	2.120.436,16	
VARIAÇÃO DO CCL			
Demonstração da Variação Do CCL	4.209.010,87	4.010.375,40	
Ativo Circulante Inicial	43.917.489,61	36.425.813,57	
Ativo Circulante Final	49.698.844,18	43.917.489,61	
Aumento / Redução do Ativo Circulante	5.781.354,57	7.491.676,04	
Passivo Circulante Inicial	15.997.461,09	12.516.160,45	
Passivo Circulante Final	17.569.804,79	15.997.461,09	
Aumento / Redução do Passivo Circulante	1.572.343,70	3.481.300,64	
VARIAÇÃO DO CCL	4.209.010,87	4.010.375,40	
DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016			
	2017	2016	
Lucro a Disposição da Assembleia em 01/01/2017	3.264.621,24	961.615,90	
Vr. Transf. p/Reserva Legal conf. AGO de 25/04/2017	-163.231,06	-48.080,80	
Vr. Distrib. aos Acionistas conf. AGO de 25/04/2017	-808.893,19	-211.153,91	
Vr. Incorporado ao Capital conf. AGO de 25/04/2017	2.292.496,99	702.381,19	
Lucro Líquido Apurado em 31/12/2017	3.640.652,51	2.642.621,24	
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016			
	2017	2016	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	3.640.652,51	3.264.621,24	
Lucro Líquido do Exercício			
Ajustes ao Lucro Líquido			
Depreciação	62.514,06	220.252,64	
Ganhos na Alienação de Bens		-80.720,47	
Ajustes Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional			
Aumento da conta Duplicatas a Receber	1.988.362,08	-3.488.291,35	
Aumento do Estoque	-3.959.150,28	-3.181.194,94	
Aumento de Fornecedores	1.228.119,66	2.910.145,67	
Redução de Tributos a Pagar	30.407,88	149.712,33	
Redução de Salários a Pagar	104.603,20	-17.445,76	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1)	3.095.509,11	-222.920,64	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Resgate do Fundo Garantidor	1.057.251,40	620.174,81	
Recebimento da venda do Imobilizado		548.864,53	
Pagamento pela aquisição de bem para Imobilizado	-486.573,15	-593.310,20	
Aplicações Financeiras - Fundo Garantidor	-1.240.400,63	-1.315.972,05	
Result. Equival. Patrim. Agropec. e Participação Pedro Santos S/A	-87.043,14		
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos (2)	-756.765,52	-740.242,91	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento e Créditos de Terceiros	40.134,16	-72.445,46	
Distribuição de Dividendos	-808.893,19	-211.153,91	
Aumento de capital pelos Acionistas	2.071.503,01	1.557.618,81	
Juros a pagar s/ patrimônio aos acionistas	2.235.440,67	2.066.361,87	
Pagamento Juros s/ Capital Próprio	-2.066.361,87	-1.555.028,01	
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos (3)	1.471.822,78	1.785.353,30	
Aumento Líquido ao Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)	3.810.566,37	822.189,75	
Caixa e equivalente de caixa no início do período	7.517.450,95	6.695.261,20	
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	11.328.017,32	7.517.450,95	
Variação das contas Caixa/Bancos/ Equivalentes	3.810.566,37	822.189,75	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016			
	2017	2016	
1 - Receita Operacional Bruta	139.818.484,76	117.744.404,94	
(+) Venda de Mercadorias	4.229.336,27	4.198.861,24	
(+) Venda de Serviços	652.872,99	812.658,66	
(+) Comissões s/ vendas			
(-) Deduções, Impostos e Contribuições	-25.907.939,20	-15.690.092,72	
(=) Receita Operacional Líquida	118.792.754,82	107.065.832,12	
(-) Custo das Vendas e Serviços	-98.230.171,06	-88.361.446,46	
(=) Lucro Bruto Operacional	20.562.583,76	18.704.385,66	
2 - Despesas Operacionais			
(-) Despesas com Vendas	-7.606.688,33	-6.757.019,09	
(-) Despesas Administrativas	-5.001.185,71	-4.871.142,03	
(-) Multas e Doações Indutíveis	-27.935,59	-13.009,96	
(-) Depreciações e Amortizações	-62.514,06	-220.252,64	
3 - Receitas Operacionais			
(+) Ganhos na Alienação de Bens		80.720,47	
(+) Ganhos em Investimentos - MEP	87.043,14		
(+) Recuperação de Despesas	221.140,87	83.257,76	
(+) Outras Rendas	94.899,83	76.623,09	
4 - Resultado Financeiro			
(+) Receitas Financeiras	1.868.492,78	2.913.314,75	
(-) Despesas Financeiras	-4.709.081,19	-5.108.534,27	
5 - Lucro Operacional antes IR e CSLL	5.426.755,50	4.888.343,74	
6 - Provisão para CSLL	-479.144,91	-436.161,81	
7 - Provisão para IR	-1.306.958,08	-1.187.560,69	
8 - Lucro Líquido do Exercício	3.640.652,51	3.264.621,24	
Ivoney Augusto Casali - Diretor Presidente - CPF: 229.237.566-49			
Pedro Augusto Pereira Casali - Diretor Comercial - CPF: 064.969.836-31			
Geraldo Viana dos Reis - Tec. Contabil CRC/MG 58.060 - CPF: 517.985.906-97			

Edital de Citação de Color Tintas Ltda, Nelson Antonio Sayão e Maria Aparecida Martins Maia Sayão. Prazo 20 dias. O Dr. José Ricardo dos Santos de Freitas Vêras, MM, Juiz de Direito da Trigesima Terceira Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei etc. Faz saber a todos os presentes virem, ou dela conhecimento tiverem, que perante esta Secretaria tramita ação Procedimento comum em aujudiza por Banco do Brasil S/A em face de Color Tintas Ltda, inscrita no CNPJ sob o n° 19.256.296/0001-34, Nelson Antonio Sayão, inscrito no CPF sob o n° 003.493.134-15 e Maria Aparecida Martins Maia Sayão, inscrita no CPF sob o n° 149.217.686-49, processo nº 0024.13.310.007-3. E estando os Réus em lugar incerto e não sabido, serve o presente para citá-los para todos os termos da presente ação para, querendo, apresentarem contestação no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia. Assim vai o presente devidamente publicado e afixado no átrio do Fórum, Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MG – Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 009/2018 - O Município de Presidente Juscelino/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09h00 do dia 05 de março de 2018, no Prédio da Prefeitura Municipal, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta e Documentação - Pregão Presencial nº 009/2018 para Registro de Preços, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM" Registro de Preços para aquisição de suplemento alimentar para atendimento de pacientes com necessidade de alimentação complementar. Edital e maiores informações com o Pregoeiro pelo telefone (38) 3724-1239 ou e-mail: licitacao@presidentejuscelino.mg.gov.br.

EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EXERCÍCIO DE 2018
O Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais do Estado de Minas Gerais - SITESEMG, entidade sindical de primeiro grau, CNPJ sob o n.º 17.498.775/0001-31, Código Sindical nº 0082305467-5, com sede na Rua da Bahia, 573 – sala 603 - Centro, Belo Horizonte - MG, atendendo ao que dispõe o artigo 578 e seguintes 605 e 606 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, na pessoa de seu presidente, o Sr. Mauricio da Silva Gomes, fazendo uso do que lhe confere o estatuto social, pelo presente Edital, faz saber aos senhores empregadores de entidades sindicais (Associações Sindicais, Sindicatos, Federações, Confederações, Centrais Sindicais) existentes em todos os municípios do Estado de Minas Gerais, **salvo a Cidade de Juiz de Fora**, que, conforme dispõem os arts. 578, 580 e 582, da CLT, deverão descontar dos salários de seus empregados a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL correspondente a um dia de trabalho dos salários do mês de Março de 2018, conforme aprovado e autorizado prévia e expressamente em assembleias, e recolhido em nome do **Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais do Estado de Minas Gerais - SITESEMG**, entidade sindical de primeiro grau, Código Sindical nº 0082305467-5, junto ao órgão arrecadador, até o dia 30 de Abril de 2018. As entidades empregadoras que não receberam, via postal, as Guiam de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana – GRCSU, devem solicitá-las na sede do sindicato e ou através dos sites: www.Sitesemg.org.br e ainda no site da Caixa Econômica Federal www.caixa.gov.br cadastrado no sistema de emissão de guias da Caixa da seguinte forma: SIN. Ficom as entidades empregadoras advertidas que, em caso de não recolhimento, o **Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais do Estado de Minas Gerais – SITESEMG** irá promover, nos termos do disposto no artigo 606 da CLT, a competente Ação Judicial de Cobrança, mediante Ação Executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelo Ministério do Trabalho. Outrossim, esclarece que a importância a ser descontada a favor do sindicato, deverá corresponder à remuneração (soma de todas as parcelas de crédito) de um dia de trabalho de cada um de seus empregados, sindicalizados ou não, percebidos no mês de março do corrente ano (art. 580, inciso I, CLT). Uma vez recolhida a CONTRIBUIÇÃO os empregadores deverão remeter ao sindicato no prazo de até 15 (quinze) dias do recolhimento, a seguinte documentação: relação nominal dos Empregados Contribuintes, indicando a função de cada um, o salário percebido no mês a que corresponder a Contribuição, com o respectivo valor recolhido, bem como a indispensável GRCSU GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA correspondente, devidamente quitada. Permitito-nos chamar a atenção de V.Sas., quanto a opção de que se trata o art. 585 da CLT: - os empregados, portadores de grau ou título profissional liberal, que não a exercem no estabelecimento, não estão, para este efeito, integrados em categoria de profissionais liberais, não cabendo, portanto, o direito de opção prevista no citado artigo 585 da CLT, devendo pagar a Contribuição Sindical a favor deste Sindicato. Os que exercem profissão liberal e também ocupam emprego nas condições do item anterior, ficam sujeitos à múltipla contribuição sindical, correspondente a cada profissão exercida. O recolhimento da Contribuição Sindical efetuado fora do prazo, quando espontâneo, será acrescido, de multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente ao atraso, além de juros de mora 1% (um por cento) ao mês e correção monetária (art. 600, da CLT). Por último, tomamos a liberdade de sugerir aos senhores que seja feito o recolhimento da Contribuição Sindical preferencialmente em casas lotéricas ou agências da Caixa Econômica Federal, nos primeiros dias do mês destinado ao seu pagamento (abril de 2018) a fim de evitar as dificuldades de última hora e, finalmente, sugere-se que o recolhimento seja feito em GRCS com códigos de barras. Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2018. Mauricio da Silva Gomes – Presidente

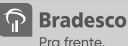


Bradesco
Pra frente.

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE APARTAMENTO - BARBACENA/MG
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP



Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pela **Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.**, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infratitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Barbacena-MG. Bairro Belvedere.** Rua João Calmeto de Castro, 160. **Ap. 102.** Área priv. 83,2575m². Matr. 29.060 do 1º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão: 05/03/2018, às 10h. Lance mínimo:** R\$ 245.000,00. **2º Leilão: 12/03/2018, às 10h. Lance mínimo:** R\$ 158.444,03 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.freitasleiloeiro.com.br

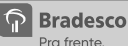


Bradesco
Pra frente.

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE ÁREA RURAL - LEOPOLDINA/MG
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP



Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infratitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Leopoldina-MG. Área rural c/ 09,68,00ha**, denominada Chacara do Catucal, situada no distrito de Providência. Matr. 28.874 do RI local. INCR nº 414.069.020.230-2. Obs.: Ocupada. (AF). **1º Leilão: 05/03/2018, às 10h. Lance mínimo:** R\$ 343.716,04. **2º Leilão: 12/03/2018, às 10h. Lance mínimo:** R\$ 248.842,02 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.freitasleiloeiro.com.br



Bradesco
Pra frente.

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE APARTAMENTO - PATOS DE MINAS/MG
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP



Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **Kirton Bank SA - Banco Múltiplo**, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infratitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Patos de Minas-MG. Bairro Ipanema.** Rua José Nunes da Silva, 35. "Condomínio EGP". **Ap. 101** (2º pav.), c/ uma vaga de garagem. Área priv. 66,9900m². Matr. 75.467 do RI local. Obs.: Eventuais débitos de Condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupado. (AF). **1º Leilão: 05/03/2018, às 10h. Lance mínimo:** R\$ 215.823,05. **2º Leilão: 12/03/2018, às 10h. Lance mínimo:** R\$ 168.961,42 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.freitasleiloeiro.com.br

Edital de Leilão 001/2018
ANTÔNIO ROGÉRIO SARTONI-ME
O Leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho, JUCEMG 445, torna público que levará a leilão online que iniciará no dia 14/02/2018 e encerrará no dia 06/03/2018 1º leilão e 21/03/2018 2º leilão, às 13:00h. Imóvel lote de terreno com área de 190,00m² Mat. 17.830 do CRI da Comarca de Ouro Fino/MG. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2218.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRALVA/MG
Aviso de licitação ref. Tomada de Preços 01/2018, tipo Técnica e preço. Objeto: serviços de consultoria jurídica para a Câmara Municipal. Prazo para cadastramento: prévio: 16/03/2018. Recebimento dos envelopes e início do julgamento: 21/03/2018. O edital pode ser obtido na Secretaria da Câmara, nos dias úteis, de 12 às 18 h, ou via e-mail (cmpedralva@bol.com.br). Informações pelo telefone: (35) 3663-1464. Ass: Maria Geralda Castro de Souza - Presidente da CPL.

PREF. M. DE PATIS-MG
AVISO DE LICITAÇÃO - Proc. Lic. 018/18 - Pregão P. 005/18. Obj.: Contratação ME/EPP/Equip. p/ forn. de equipamentos p/ Unidades de Saúde. Fundo Nacional de Saúde. **Entr. Envel.: Até às 07:50hs. do dia 28/02/2018 e/abert. neste mesmo dia às 08:00hs.** Inf. (38)3239-8131 ou 8120. Retirada do edital: patis.mg.gov.br - Érica Katiane M. dos Santos - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG
Torna público abertura Pregão Presencial nº 009/2018. Objeto: Prest. Serv. Transporte Escolar. Abertura às 09:00 horas do dia 02 de março de 2018. Informações: (33) 3764-1787.
Alessandro M. Barbosa
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG
Referente ao Processo Licitatório 18/2018, aquisição de materiais de laboratório (...). **Onde se Lê: "Pregão Presencial 29/2018", Leia-se: "Pregão Presencial 009/2018".** S.G.R. ABAIXO, 15 DE FEVEREIRO DE 2018. **ANTÔNIO CARLOS NORONHA BICALHO – PREFEITO MUNICIPAL.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 010/2018.** Objeto: aquisição de Oxigênio (Gás Medicinal) com fornecimento dos equipamentos necessários em comodato, com entrega programada e ininterrupta. Data de realização **27/02/2018 às 13:30 hs.** O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em **Transparência/Publicações.** Nova Lima, 15 de Fevereiro de 2018. Érica Alves Pereira, Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial - nº 009/2018. Licitação Exclusiva - ME/EPP LC 147/2014.** Objeto: Aquisição de aparelho de Raio-X Odontológico. Data de realização **28/02/2018 às 09:30 hs.** O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em **Transparência/Publicações.** Nova Lima, 15 de fevereiro de 2018.
O Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
AVISO DE EDITAL nº. 001/2018 – O Município de Nanuque e a Comissão de Processo Seletivo Simplificado, tornam público que realizará Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação, em regime de designação temporária, de profissionais para atender à necessidade temporária e de excepcional interesse público e de execução de convênios e programas no âmbito do Município de Nanuque de acordo com as normas estabelecidas neste Edital. Cargos: Agente Administrativo (Vila Gabriel Passos), Auxiliar Educacional Social (Lar Maria de Nazaré), Bombeiro Hidráulico (Secretaria Obras), Educador Social (Lar Maria de Nazaré), Eletricista de Automóveis (Garagem Municipal), Gari (Secretaria Obras), Instrumentador Cirúrgico (HPSMRA), Mecânico de Motor de Gasolina/Alcool e Derivados (Garagem Municipal), Mecânico de Motor Diesel (Garagem Municipal), Motorista Categoria D (Garagem Municipais e Distritos), Operário (Secretaria Obras), Operador de Máquinas Pesadas (Garagem Municipal), Pedreiro (Secretaria Obras), Soldador (Secretaria Obras), Técnico em RX (HPSMRA) que serão preenchidos de acordo com a necessidade e conveniência da Administração. Período de inscrição: 19/02/2018 a 23/02/2018 – Maiores informações na Secretaria Municipal de Administração de Nanuque - Edital na íntegra no endereço www.nanuque.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG
AVISO DE REVOGAÇÃO
A PREF. MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG - torna pública a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 001/2018, Pregão Presencial nº 001/2018, Processo Licitatório NÃO ADJUDICADO e NÃO HOMOLOGADO. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS ÀS LEIS 8.666/93 E 10.520/02.** Maiores informações disponíveis no setor e nos autos do processo. Prefeito Municipal: Marclênio Ferraz da Rocha.

MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PÚBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 012/18, PREGÃO PRESENCIAL - Nº 010/18, TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, FILTROS E LUBRIFICANTES, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA, DESTA MUNICÍPIO. A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 28/02/18 ÀS 08:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitar8666@hotmail.com ou, FONE: (33) 3514 - 1629.MALAC. 15/02/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS MACHADOS/MG
Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 04/2018 – Exclusivo para Micro e Pequenas Empresas – Objeto: Registro de preços para aquisição parcelada de medicamentos injetáveis em atendimento a Secretaria de Saúde deste município. Dia da licitação: 02/03/2018 às 09:00hs. Local: Praça Santo Antônio, 01–Centro, Riacho dos Machados/MG. Edital disponível no setor de licitação da prefeitura, maiores informações (38) 3823-1112.
Riacho dos Machados/MG, 14 de fevereiro de 2018.
Elton Marques de Almeida
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS (MG)
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2018
A Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas, torna público, a abertura do Processo Licitatório nº 017/2018 - Concorrência nº 001/2018. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica que atue no ramo da construção civil para a realização de obra de Sistema de Esgotamento Sanitário composto por redes coletora e interceptora juntamente com a construção da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE no Município de Entre Rios de Minas (MG). Critério de julgamento: Empreitada por Preço Global, tipo: Técnica e Preço. Data de abertura: 09 de abril de 2018, às 09:00 horas. Local: Salão do Auditório Municipal, à Rua Monsenhor Leão, nº 89 - Centro, em Entre Rios de Minas (MG). O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos na Sede da Prefeitura Municipal, junto à Comissão Permanente de Licitações, à Rua Monsenhor Leão, nº 110 - Centro, em Entre Rios de Minas (MG), ou no link "Licitações", sub-link "Licitações 2018" do sítio eletrônico www.entreriosdeminas.mg.gov.br - Maiores informações pelo telefone (31) 3751-2747. Entre Rios de Minas, 15 de fevereiro de 2018.
JOSÉ WALTER RESENDE AGUIAR - PREFEITO MUNICIPAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Aviso de prorrogação – credenciamento de clínicas especializadas e/ou profissionais autônomos na especialidade de Psiquiatria atuantes nas cidades de Ouro Preto e/ou Mariana - Minas Gerais, para prestação de serviços clínicos de Psiquiatria de longa duração para discentes da UFOP pelo período de 12 meses. A data final de entrega da documentação exigida no edital do Credenciamento 003/2017, será prorrogada para o dia 20/02/2018 no horário de 08h às 16h. Informações através do site: www.ufop.br. (*link* licitações) ou pelo telefone: (31) 3559-1390
Antônio Carlos da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação da UFOP.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE DE FRANCISCO SÁ/MG
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE de Francisco Sá/MG, Proc. Licitatório nº 001/2018 - **Pregão Presencial nº 001/2018** - Objeto - Aquisição de combustíveis, lubrificantes, filtros de ar e filtros de combustível para abastecimento dos veículos da frota do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Francisco Sá/MG, conforme especificações constantes do edital - Credenciamento dia 02/03/2018, 08:00 horas - Pregoeiro: Marconi Afonso Lourenço, Tel. (38) 3223-1202 ou pelo e-mail: saae.marconi@gmail.com ou saafsa@hotmail.com
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE de Francisco Sá/MG, Proc. Licitatório nº 002/2018 - **Pregão Presencial nº 002/2018** - Registro de Preços nº 001/2018 - Objeto - Eventual e futura aquisição de reagentes, equipamentos e vidrarias para o laboratório do Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE de Francisco Sá/MG, conforme especificações constantes do edital - Credenciamento dia 05/03/2018, 09:00 horas - Pregoeiro: Marconi Afonso Lourenço, Tel. (38) 3223-1202 ou pelo e-mail: saae.marconi@gmail.com ou saafsa@hotmail.com



Bradesco
Pra frente.

LEILÃO SOMENTE ONLINE 50 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 3ª feira, 27/02/2018 a partir das 15h30



Imóveis localizados em:

AC AM BA CE GO MA MG MS MT PA PB PR RJ RN RS SP TO

• Apartamentos • Casas • Chácara • Fazendas • Imóveis Comerciais • Sítio • Terreno

✓ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✓ SINAL E O SALDO EM 12 MENSAIS IGUAIS: 24, 36 OU 48 MESES ✓ FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO EM ATÉ 360 MESES

LOTE 13 - CAMPINA VERDE/MG
ÁREA RURAL C/ 75,02,00ha
Uma gleba na Fazenda Arantes, lugar Bom Jardim e Caçadas
Lance mínimo: R\$ 455.000,00

LOTE 16 - RIO VERMELHO/MG
ÁREA RURAL C/ 19,58,80ha
(DESTACADA DE ÁREA MAIOR, CONFORME R13-836)
Lugar denominado "Chacrinha"
Lance mínimo: R\$ 119.000,00

LOTE 19 - MORADA NOVA DE MINAS/MG
ÁREA RURAL C/ 4,84ha
Situada na Fazenda Catas Altas, lugar denominado D. Joana
Lance mínimo: R\$ 43.000,00

LOTE 14 - ALÉM PARAÍBA/MG - PRÉDIO C/ 02 PAVIMENTOS
Av. Olímpio Côrtes, 161 - JARDIM SANTA ROSA
ÁREA TERRENO: 843,93m²
ÁREA CONSTRUÍDA LANÇADA NO IPTU: 687,57m²
(averbada no RI: 480,00m²)
Lance mínimo: R\$ 259.000,00

LOTE 18 - BETIM/MG - CASA nº 76
Rua Júlio César de Freitas, 650
Condomínio Residencial Bom Retiro II - BAIRRO TAQUARIL
ÁREA TERRENO: 159,4100m² - ÁREA CONSTRUÍDA: 45,390m²
Lance mínimo: R\$ 69.000,00

Lances "on-line", condições de venda e pagamento, fotos consulte: www.FREITASLEILOEIRO.com.br
Mais informações consulte: www.BRADESCO.com.br

Mais informações: (11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br | SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

Prefeitura Municipal de Maria da Fé MG

Torna público o Processo Licitatório nº 016/2018 – Pregão 008/2018 – ARP – Futuras e Eventuais Aquisições de Material de Papelaria em geral. Dia 05/03/2018 – 09h. O Edital completo encontra se no site oficial da Prefeitura – www.mariadafe.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018, do tipo Menor Preço, julgamento por Item para Aquisição Futura de Materiais de Pintura (Tintas, lixas, solventes e outros). Sessão dia 01/03/2018 às 09h00min.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018, do tipo Menor Preço, julgamento por Item para Aquisição Futura de peças pré-moldadas de concreto e peças de madeira. Sessão dia 02/03/2018 às 09h00min. Maiores informações pelo telefone (33) 3339-2712. Edital disponível no site oficial do Município: www.manhuacu.mg.gov.br. Comissão Permanente de Licitação.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PASSOS E REGIÃO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO. Contribuição Sindical - Exercício 2018. PRIMEIRA PUBLICAÇÃO. O Sindicato dos Empregados no Comércio de Passos e Região, com base territorial nos Municípios de: Alpinópolis, Arceburgo, Alterosa, Bom Jesus da Penha, Capetinga, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Cássia, Conceição Aparecida, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Guapé, Ibiraci, Illicinea, Itamogi, Itaú de Minas, Jacui, Monte Santo de Minas, Nova Rezende, Passos, Piumhi, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra(Nova Barra), São José do Barreiro, São Pedro da União, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, São Tomas de Aquino e Vargem Bonita, atendendo ao que dispõe o Artigo 605 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, faz uso do presente, para COMUNICAR aos Empregadores no Comércio das cidades acima, que a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL de seus empregados, representados por este Sindicato na base territorial aqui citada, referente ao exercício de 2018, conforme determina o Artigo 582 da CLT, deverá ser OBRIGATORIAMENTE DESCONTADA da remuneração relativa ao mês de Março de 2018 e recolhida a favor desta Entidade impreritavelmente até o dia 30 de Abril de 2018. As empresas deverão observar os demais artigos do Capítulo III da CLT, que tratam sobre o tema, bem como a Portaria nº 488 de 23/11/2005, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
Passos/MG, 15 de Fevereiro de 2018
Davi de Oliveira
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ

Aviso de **EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 001/2018 - Processo 042/2018** - Inexigibilidade 014/2018. A Prefeitura Municipal de Guaxupé - MG, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará CREDENCIAMENTO tendo por objeto o **credenciamento de clínicas veterinárias para a realização de castração e microchipagem animal - cirurgias de OSH ovarioalpingohisterectomia (retirada dos ovários, tubas e útero) nas fêmeas e Orquiectomia (retirada dos testículos) nos machos e colocação de microchip nos animais castrados**, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições aplicáveis. Sessão pública para **abertura dos envelopes** referentes ao processo de credenciamento no dia **07 de março de 2018 as 09:00 horas**. A abertura dos envelopes ocorrerá na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 - pavimento superior, Centro, Guaxupé, Minas Gerais. O processo de credenciamento permanecerá aberto para novos interessados em se cadastrarem após essa data. O **edital** completo estará à **disposição** dos interessados na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé a partir do dia **22 de fevereiro de 2018** e também no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o edital poderá ser baixado. Maiores informações na Secretária Municipal de Administração de Guaxupé e no site www.guaxupe.mg.gov.br. Guaxupé, 15 de fevereiro de 2018. Rafael Augusto Olinto - Secretário Municipal de Administração.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, a Comissão Especial de Licitação em conformidade ao disposto no subitem 11.2.3, do Edital de Concorrência Pública nº 003/2018, torna público a relação dos membros que participarão do sorteio para comporem a Subcomissão Técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas apresentadas pelas empresas participantes do certame; a) Membros com vínculo com o Município de Lagoa Santa: Maurício Ferreira de Carvalho - CPF: 013.342.036-10; Antonio Leonardo Coelho e Souza - CPF: 056.857.036-78; Rayana da Cunha Mendes - CPF: 121.984.796-80; Cleanderson de Paula Silva - CPF: 061.100.946-33; Raquel Caria Neves - CPF: 028.827.466-01; Marcos Elizio de Moura Braga - CPF: 066.377.736-46. b) Membros sem vínculo com o Município de Lagoa Santa: Rayner Ramon Egidio - CPF: 119.906.856-09; Elisa Lúcia Gonçalves Ferreira - CPF: 116.382.996-09; Flávia Coelho de Souza - CPF: 107.373.186-35. A sessão pública para realização do sorteio se dará no dia 26/02/2018, às 09:30 horas, no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, situada a Rua Acadêmico Nilo Figueiredo, nº 2.500, Santos Dumont - Lagoa Santa/MG 15/02/2018. João Alejandro Pimental/ Presidente da Comissão Especial de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG RETIFICA número do Pregão cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E CORRELATOS, onde se lê: “Pregão 10/2018”. Leia-se: “Pregão 07/2018”. Abertura: 23/02/2018 às 09:00 horas. Informações: e-mail: licitacazul@gmail.com. Tel: (38) 3231-8201.
Alexandra R. Almeida
PREGOEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE CONFINNS/MG

Torna público o Processo Licitatório nº 010/2018 - Pregão nº 002/2018, cujo objeto é a contratação de empresa, para fornecimento de materiais de escritório e suprimentos de informática em atendimento a Câmara Municipal de Confinns/MG, conforme planilha de quantitativos e especificações constante no Anexo I, parte integrante do Edital, do tipo “Menor Preço por Item”. Os envelopes de documentação e proposta comercial serão entregues até o dia 02/03/2018 às 13:00 horas. Aos interessados o Edital já está disponível no site: www.confins.mg.leg.br, no Setor de Licitação da Câmara Municipal de Confinns/MG, através do e-mail: licitacaoamararaconfins@gmail.com ou Rua Maria Rodrigues, 436, Centro, Confinns/MG. A Pregoeira. Contato (31) 3686-1416 ou (31) 3686-1474.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 471/2017

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Subsecretaria de Gestão Logística – SGL, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará o Pregão Eletrônico para Registro de Preços – Planejamento nº 471/2017, para aquisição de materiais de escritório e informática, para atendimento à demanda da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG e demais órgãos participantes. Abertura da sessão pública: 5/3/2018, às 9 horas. Edital disponível em: www.compras.mg.gov.br. Informações no e-mail: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG. 15/2/2018. Dagmar Maria Pereira Soares Dutra - Subsecretária de Gestão Logística – SEPLAG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ - MG

Aviso de licitação. **CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2018.** A Prefeitura de Guaxupé/MG, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna pública a realização da Concorrência Pública 001/2018, Processo Administrativo n.º 041/2018, tendo como objeto a **alienação de imóveis - doação com encargos, destinada à seleção de empresas com vistas à implantação de empreendimentos no denominado "Pólo da Moda" no Município de Guaxupé/MG**, nos termos da Lei Municipal nº 2116/2011, regulamentada pelo Decreto nº 1528/2012 e conforme as especificações e características fixadas no Edital. **Entrega dos envelopes, até o dia 11 de abril de 2018, às 09:00 horas, abertura no mesmo dia às 09:00 horas** na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 - pavimento superior, Centro, Guaxupé, Minas Gerais. O **edital** completo e as demais informações relativas a presente licitação estarão à **disposição** dos interessados, a partir do dia **21 de fevereiro de 2018**, na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Guaxupé, localizada na Av. Conde Ribeiro do Valle, 113 (pavimento superior) - Centro, Guaxupé-MG, fone (35) 3559-1021 e também no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o edital poderá ser baixado. Guaxupé, 15 de fevereiro de 2018. Rafael Augusto Olinto - Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ

AVISO DE SESSÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA COMERCIAL DA **TOMADA DE PREÇOS 016/2017**. O Município de Guaxupé - MG, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que, decidido o recurso referente à fase de habilitação da TOMADA DE PREÇOS 016/2017, Processo nº 268/2017, empreitada tipo menor preço global, destinada a **seleção e contratação de empresa na área de engenharia civil para execução da obra de Reforma da UBS (Unidade Básica de Saúde) Francisco José Ferreira, localizada na Rua Roque Sipola, 100 - Vila Carloni, no Município de Guaxupé/MG, realizará no dia 21 de fevereiro de 2018, as 09:00 horas**, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, 113 - pavimento superior, Centro, Guaxupé, Minas Gerais, sessão pública destinada à **apuração das propostas comerciais das empresas habilitadas** na referida Tomada de Preços. Caso não ocorra pedido(s) de recurso, será dada continuidade aos procedimentos do certame nessa mesma sessão. Guaxupé, 15 de fevereiro de 2018. Marco Aurélio Silva Batista - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretaria Municipal de Saúde. Aviso de Licitação. **Pregão Presencial SRP Saúde nº 02/2018. Processo de Compra nº 417/2017** - tipo Menor Preço por Item. Objeto: **Registro de Preços para Aquisição de material de consumo para atender as demandas do Centro de Hemodiálise de Paracatu-MG para o exercício de 2018.** Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia 01-03-2018 às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br Paracatu, 07 de fevereiro de 2018. **Maria Dilma Luis Magalhães Castro** - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretaria Municipal de Saúde. Aviso de Licitação. **Pregão Presencial SRP Saúde nº 01/2018. Processo de Compra nº 354/2017** - tipo Menor Preço por Item. Objeto: **Registro de Preços para Aquisição de material de consumo odontológico do município.** Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia 05-03-2018 às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br Paracatu, 08 de fevereiro de 2018. **Maria Dilma Luis Magalhães Castro** - Pregoeira.

CÂMARA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS/MG

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2018-A Câmara Municipal de Catas Altas, torna pública a realização de credenciamento de permissionários dos serviços de táxi para atender a Câmara de vereadores do município de Catas Altas, por meio do Edital de Credenciamento nº 001/2018 e seus anexos, Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018, processo autuado nº 15/2018. Data do credenciamento: 01/03/2018. Horário: De 08h às 11h de 13h às 17h. Situada na Praça: Monsenhor Mendes, 206 – Centro – Catas Altas/MG Fund. legal: art. 25, caput da Lei 8.666/1993. Mais informação pelos telefones: 31 3832-7565 ou 3832-7613. Catas Altas, 15 de fevereiro de 2018. Vanda Lucia Gomes - Presidente da Câmara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO/MG - Tomada de Preços n.º 02/2018, CNPJ nº. 16.726.028/0001-40, torna público através da Presid. da CPL, Edilson Antônio de Oliveira, que se acha aberto o Procedimento Licitatório nº. **33/2018**, do tipo menor preço, objetivando a prestação de serviço técnico ambiental para a elaboração do processo de LICENCIAMENTO AMBIENTAL junto aos órgãos competentes para a obra de canalização no córrego do Virgílio. Devendo os envelopes contendo Documentação Habilitação (envelope 01) e Proposta Comercial (envelope 02) serem entregues na Seção de Licitação, até às 09:00 horas do dia 06/03/2018, sendo que o Envelope 01 referente à Habilitação será aberto às 09:30 horas do dia 06/03/2018, no mesmo local. Informações (37)33731244 ou www.capitolio.mg.gov.br. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS/MG
AVISO DE REVOGAÇÃO DA ANULAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Delfinópolis/MG torna pública a REVOGAÇÃO DA ANULAÇÃO do Processo Administrativo 001/2018, Pregão 001/2018, que tem como objeto **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS CADASTRADAS NA ATIVIDADE DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM A FINALIDADE DE EFETUAR O TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL NO EXERCÍCIO DE 2018, PODENDO SER PRORROGADO”**. Delfinópolis, 14 de fevereiro de 2018.
Suely Alves Ferreira Lemos - Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG. Torna público o Pregão Presencial nº 008/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA FORNECIMENTO DE LEITE ESPECIAL PARA PACIENTES PORTADORES DE ALERGIA ÀS PROTEÍNAS DO LEITE DE VACA E DA SOJA. Abertura: 01/03/2018 às 09:00 horas. Informações: e-mail licitacSazul@gmail.com. Tel: (38) 3231-8201. Alexandra R. Almeida - Pregoeira.

PREFEITURAMUNICIPALDEENGENHEIRONAVARRO/MG. AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório 006/18. Tomada de Preços 001/18. Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ADEQUAÇÕES/ADAPTAÇÕES DO ESPAÇO FÍSICO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NA CIDADE DE ENGENHEIRO NAVARRO/MG. Sessão remarcada p/ 05/03/18 às 09:00 h. Edital disponível pelo e-mail licitacaonavarro@gmail.com ou na sala de divisão de Licitação (Av. José Marques Caldeira, nº. 329, Centro). Tel: 38 3253-1177. Bianca S. Rodrigues. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG

Pregão Presencial 02/2018 - Contrato nº 16/18. Objeto: Aquisição de Combustível: Diesel S10. Contratado: EMPREENDIMENTOS PREMIUM BM LTDA, CNPJ sob nº 09.043.438/0001-21. Valor: R\$ 344.700,00. Vigência: 05/02/2018 a 31/12/2018. Alexandra R. Almeida - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG. Pregão Presencial 02/2018 - Contrato nº 17/18. Objeto: Aquisição de Combustível: Diesel S500, gasolina, álcool. Contratado: F & C AUTO POSTO BINUZO COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ sob nº 09.364.676/0001-39. Valor: R\$ 783.750,00. Vigência: 08/02/2018 a 31/12/2018. Alexandra R. Almeida - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG. Pregão Presencial 03/2018. Ata de Registro de Preços 001/2018. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios/Merenda Escolar/ Secretarias Municipais. Contratado: SUPERMERCADO D'QUEIROZ LTDA - ME, CNPJ sob nº 13792111/0001-20. R\$ 235.951,05 (Duzentos e Trinta e Cinco Mil Novecentos e Cinquenta e Hum Reais e Cinco Centavos). Vigência: 08/02/2018 a 08/02/2019. Alexandra R. Almeida - Pregoeira.

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária O Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais, por sua Diretoria Executiva, convoca todos os empregados das Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais, sindicalizados e não sindicalizados, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no auditório da sede do sindicato, à Rua David Campista, 150, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no dia 22/02/2018, às 18:00 horas, em primeira convocação, com o quórum estatutário e às 18:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Autorização coletiva prévia e expressa dos trabalhadores da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais para a cobrança e o desconto da contribuição sindical anual, observada e respeitada a autonomia da vontade coletiva outorgada pela assembleia geral da categoria profissional, na forma dos artigos 545 e seguintes da CLT, com a redação da Lei no 13.617/2017; b) Deliberação quanto aos procedimentos que deverão ser promovidos pelo sindicato, inclusive, quanto à notificação da autorização prévia e expressa, observada e respeitada a autonomia da vontade coletiva outorgada na assembleia geral da categoria profissional; c) Outros assuntos relacionados à temática dos itens anteriores. Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2018. Rosane Maria Cordeiro – Diretora Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG - EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATOS - PROCESSO Nº 047/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015. Em cumprimento às disposições do Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93, torna-se público a síntese do Extrato de Aditivos dos Contratos Adm. de Prestação de Serviços no Transporte Escolar com três cláusulas cada um, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jaíba/MG e as seguintes pessoas Jurídicas; **Pedro Lopes de Souza - ME**, Cnpj 22.485.804/0001-60, R\$225.060,00 (Duzentos e Vinte e Cinco Mil e Sessenta Reais); **Ulcio Alves Porto - ME** Cnpj 18.836.851/0001-34, R\$111.511,40 (Cento e Onze Mil Quinhentos e Onze Reais e Quarenta Centavos); **Ivaneide Pereira da Silva - ME**, Cnpj 08.194.264/0001-35, R\$1.382.590,00 (Um Milhão Trezentos e Oitenta e Dois Mil Quinhentos e Noventa Reais), **Luzinete de Souza Santos 12685634630**, Cnpj 21.539.946/0001-09, R\$120.879,00 (Cento e Vinte Mil Oitocentos e Setenta e Nove Reais), **Iron da Silva Batista - ME**, Cnpj 22.576.100/0001-01, R\$297.440,00 (Duzentos e Noventa e Sete Mil Quatrocentos e Quarenta Reais), **Edvar Junior dos Santos Martins - ME**, Cnpj 07.783.454/0001-25 R\$99.792,00 (Noventa e Nove Mil Setecentos e Noventas e Dois Reais), **Tomep Ltda**, Cnpj 68.510.148/0001-00, R\$99.792,00 (Noventa e Nove Mil Setecentos e Noventa e Dois Reais); Pessoas Físicas **Ivonei Rodrigues de Almeida**, Cpf 040.369.546-52, R\$97.020,00 (Noventa e Sete Mil e Vinte Reais), **Naoleandro Carvalho Silva**, Cpf 065.424.146-57, R\$137.940,00 (Cento e Trinta e Sete Mil Novecentos e Quarenta Reais);. Objeto: Contratação de Veículos para os Serviços de Transporte Escolar. Data dos Aditivos: 08/02/2018 – Assinatura: pela Contratante Reginaldo Antonio da Silva - Prefeito Municipal;

► **HOJE EM DIA**
NAS REDES SOCIAIS.
SIGA, COMPARTILHE,
DÊ LIKES: VIVA A INFORMAÇÃO.

O MAIS COMPLETO JORNAL DE MINAS
ESTÁ EM TODAS AS REDES SOCIAIS. É A INFORMAÇÃO
EM TEMPO REAL, INTERAGINDO COM VOCÊ
E FAZENDO PARTE DA SUA VIDA.

► **HOJEEMDIA.COM.BR**





SICOOB CREDIESMERALDAS

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Esmeraldas e Região Ltda.

CNPJ: 68.512.748/0001-07

Autorização de Funcionamento - BACEN Nº 92/637

Relatório da Administração

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Esmeraldas e Região Ltda. - SICOOB CREDIESMERALDAS na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017 o SICOOB CREDIESMERALDAS completou 25 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB CREDIESMERALDAS obteve um resultado de R\$301.467,07 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 3,37%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$23.643.984,40. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$19.152.748,68.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural R\$ 2.520.812,17 13,16%
Carteira Comercial R\$ 16.631.936,51 86,84%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 33,15% da carteira, no montante de R\$6.349.754,63.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 36.831.861,40, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do semestre anterior de 20,27%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista R\$ 11.672.384,92 31,69%
Depósitos a Prazo R\$ 25.159.476,48 68,31%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 28,33% da captação, no montante de R\$10.563.729,16.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIESMERALDAS era de R\$8.945.231,57. O quadro de associados era composto por 5.744 cooperados, havendo um acréscimo de 21,03% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. O SICOOB CREDIESMERALDAS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 88,08% nos níveis de “A” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa. Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral. A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que

contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional. Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 2 anos na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIESMERALDAS aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende as manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. No exercício de 2017, a Ouvidoria do SICOOB CREDIESMERALDAS registrou 23 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 23 reclamações, 13 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Esmeraldas, 31 de Janeiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Valores expressos em R\$)							
A T I V O	Nota	31/12/2017	31/12/2016	P A S S I V O	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		37.953.563,87	33.134.556,54	Circulante		38.823.877,31	34.396.692,76
Disponibilidades		2.328.006,40	1.238.498,11	Depósitos	11	36.831.861,40	30.623.606,40
Relações Interfinanceiras	5	23.643.984,40	17.950.939,58	Depósitos à Vista		11.672.384,92	10.443.827,19
Centralização Financeira				Depósitos a Prazo		25.159.476,48	20.179.779,21
- Cooperativas		23.643.984,40	17.950.939,58	Relações Interfinanceiras	12	80.700,54	778.052,56
Operações de Crédito	6	10.465.282,81	13.046.231,41	Repasses Interfinanceiros		80.700,54	778.052,56
Operações de Crédito		12.013.674,11	15.125.520,38	Relações Interdependências	14	549.304,61	1.773.049,31
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)				Recursos em Trânsito de Terceiros		549.304,61	1.773.049,31
Outros Créditos	7	(1.548.391,30)	(2.079.288,97)	Outras Obrigações	15	1.362.010,76	1.221.984,49
Créditos por Avais e Fianças Honrados		656.533,21	411.782,61	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		83.792,98	3.757,13
Rendas a Receber		141.944,49	82.912,37	Sociais e Estatutárias		264.827,32	306.778,22
Diversos		143.492,45	218.525,07	Fiscais e Previdenciárias		230.970,58	198.535,15
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		487.929,39	160.775,25	Diversas		782.419,88	712.913,99
Outros Valores e Bens				Exigível a Longo Prazo		1.753.035,86	584.326,85
Outros Valores e Bens	8	(116.833,12)	(50.430,08)	Relações Interfinanceiras	12	1.140.546,24	-
Despesas Antecipadas		859.757,05	487.104,83	Repasses Interfinanceiros		1.140.546,24	-
Realizável a Longo Prazo		845.415,41	436.766,05	Outras Obrigações	15	612.489,62	584.326,85
Operações de Crédito		14.341,64	50.338,78	Diversas		612.489,62	584.326,85
Operações de Crédito	6	7.748.993,19	8.534.964,17	Patrimônio Líquido	17	8.945.231,57	8.475.683,52
Operações de Crédito		7.139.074,57	7.950.637,32	Capital Social		6.780.176,31	6.535.459,91
Outros Créditos	7	7.139.074,57	7.950.637,32	De Domiciliados no País (Capital a Realizar)		6.818.598,48	6.552.969,58
Diversos		609.918,62	584.326,85	Reserva de Lucros		(38.422,17)	(17.509,67)
Permanente		609.918,62	584.326,85	Sobras Acumuladas		2.058.556,06	1.422.366,77
Investimentos	9	3.819.587,68	1.787.182,42			106.499,20	517.856,84
Participações em Cooperativas		1.211.993,68	1.153.065,45				
Outros Investimentos		1.170.926,68	1.111.998,45				
Imobilizado em Uso	10	41.067,00	41.067,00				
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		2.607.594,00	634.116,97				
		3.781.673,20	1.718.455,17				
		(1.174.079,20)	(1.084.338,20)				
TOTAL DO ATIVO		49.522.144,74	43.456.703,13	TOTAL DO PASSIVO		49.522.144,74	43.456.703,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017 E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Valores expressos em R\$)				
Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas
	Capital Subscrito	Capital Realizar	Legal	Acumuladas
Saldos em 31/12/2015	5.815.045,85	(25.989,95)	1.361.442,44	525.942,58
Constituição de Reservas	-	-	60.924,33	-
Ao Capital	523.939,01	-	-	(523.939,01)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(2.003,57)
Por Subscrição/Realização	460.751,98	8.480,28	-	-
Por Devolução (-)	(246.767,26)	-	-	(246.767,26)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	659.628,41
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(50.385,07)
• F A T E S	-	-	-	(30.462,17)
Saldos em 31/12/2016	6.552.969,58	(17.509,67)	1.422.366,77	517.856,84
Saldos em 31/12/2016	6.552.969,58	(17.509,67)	1.422.366,77	517.856,84
Constituição de Reservas	-	-	517.856,84	(517.856,84)
Por Subscrição/Realização	455.474,77	(20.912,50)	-	-
Por Devolução (-)	(189.845,87)	-	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	301.467,07
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(64.802,18)
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-
• Fundo de Reserva	-	-	118.332,45	(118.332,45)
• F A T E S	-	-	-	(11.833,24)
Saldos em 31/12/2017	6.818.598,48	(38.422,17)	2.058.556,06	106.499,20
Saldos em 30/06/2017	6.594.892,96	(26.326,36)	1.940.223,61	(681.779,41)
Por Subscrição/Realização	264.185,00	(12.095,81)	-	-
Por Devolução (-)	(40.479,48)	-	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	983.246,48
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(64.802,18)
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-
• Fundo de Reserva	-	-	118.332,45	(118.332,45)
• F A T E S	-	-	-	(11.833,24)
Saldos em 31/12/2017	6.818.598,48	(38.422,17)	2.058.556,06	106.499,20

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Esmeraldas e Região Ltda. - SICOOB CREDIESMERALDAS é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/08/1992, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIESMERALDAS possui 05 Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Veneza, Juatuba, Florestal e Nova Contagem.

O SICOOB CREDIESMERALDAS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei

do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31/01/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017 E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em R\$)				
	Nota	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		3.219.329,82	6.422.044,39	7.528.557,49
Operações de Crédito	6	3.219.329,82	6.422.044,39	7.528.557,49
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(1.354.526,27)	(4.351.272,26)	(4.368.185,76)
Operações de Captação no Mercado	11	(948.927,81)	(2.122.243,96)	(2.524.246,15)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13	(21.246,78)	(26.419,66)	(106.124,46)
Provisão para Operações de Créditos		(384.351,68)	(2.202.608,64)	(1.737.815,15)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		1.864.803,55	2.070.772,13	3.160.371,73
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		(777.851,97)	(1.612.116,52)	(2.431.757,56)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		590.745,63	1.105.268,19	807.285,23
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		1.159.752,20	2.191.239,33	1.675.143,80
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(1.922.844,01)	(3.772.994,03)	(3.281.338,69)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(1.802.572,47)	(3.568.920,00)	(3.446.143,77)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(60.869,39)	(140.685,01)	(88.266,91)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.028.902,23	2.208.397,55	1.889.371,55
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	586.012,28	1.171.550,64	609.859,70
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	20	(356.978,44)	(805.973,19)	(597.668,47)
Resultado Operacional		1.086.951,58	458.655,61	728.611,47
Resultado Não Operacional		(13.385,02)	(11.541,38)	14.751,46
Resultado Antes da Tributação/Participações		1.073.566,56	447.114,23	743.365,63
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(48.766,16)	(77.042,79)	(40.715,86)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(41.553,92)	(68.604,37)	(43.021,36)
Sobras / (Perdas) antes das Destinações		983.246,48	301.467,07	659.628,41
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS		-	(194.967,87)	(141.771,57)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	17.d	-	(76.635,42)	(80.847,24)
Reserva Legal		-	(118.332,45)	(60.924,33)
Sobras / (Perdas) antes dos Juros ao Capital		983.246,48	106.499,20	517.856,84
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		-	-	-



SICOOB CREDIESMERALDAS

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Esmeraldas e Região Ltda.

CNPJ: 68.512.748/0001-07

Autorização de Funcionamento - BACEN Nº 92/637

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Valores expressos em reais)

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	Circulante	Não Circulante	Total	31/12/2016
Adiantamento a Depositante	127.495,92	-	127.495,92	131.660,69
Cheque Especial / Conta Garantida	1.741.511,01	-	1.741.511,01	1.720.700,34
Empréstimos	4.486.961,33	4.728.250,54	9.215.211,87	10.215.042,57
Financiamentos	923.557,52	749.120,37	1.672.677,89	2.695.052,04
Títulos Descontados	3.875.039,82	-	3.875.039,82	5.353.031,11
Financiamento Rural Próprio	778.407,97	612.652,71	1.391.060,68	2.185.810,31
Financiamento Rural Repasses	80.700,54	1.049.050,95	1.129.751,49	774.860,64
(-) Provisão para Perda com Operações de Crédito	(1.548.391,30)	-	(1.548.391,30)	(2.079.288,97)
Total	10.465.282,81	7.139.074,57	17.604.357,38	20.996.868,73

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	260.789,25	-	127.495,92	131.660,69
A	6.432.355,10	(32.161,81)	5.672.093,78	(28.360,52)
B	6.884.666,11	(68.846,69)	8.487.403,02	(84.874,08)
B	168.745,69	(1.687,49)	218.261,59	(2.182,67)
C	2.970.322,63	(89.109,71)	4.003.977,41	(120.119,37)
C	153.211,76	(4.596,38)	551.806,85	(16.554,26)
D	116.142,78	(11.614,31)	226.986,18	(22.698,67)
D	76.536,59	(7.653,69)	473.578,21	(47.357,87)
E	303.142,08	(90.942,65)	527.993,70	(158.398,16)
E	292.170,95	(87.651,32)	1.290.117,17	(387.035,20)
F	5.500,00	(2.750,03)	384.875,42	(192.437,76)
F	431.762,79	(215.881,43)	234.972,88	(117.486,48)
G	27.942,57	(19.559,82)	37.452,49	(26.216,78)
G	378.414,73	(264.890,33)	303.572,94	(212.501,10)
H	94.271,57	(94.271,57)	119.976,93	(119.976,93)
H	556.774,08	(556.774,08)	543.089,13	(543.089,13)
Total Normal	17.095.132,09	(409.256,59)	19.460.758,93	(753.082,27)
Total Vencido	2.057.616,59	(1.139.134,71)	3.615.398,77	(1.326.206,70)
Total Geral	19.152.748,68	(1.548.391,30)	23.076.157,70	(2.079.288,97)
Provisões	(1.548.391,30)	-	(2.079.288,97)	-
Total Líquido	17.604.357,38	-	20.996.868,73	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	1.630.419,46	2.856.541,87	4.728.250,54	9.215.211,87
Títulos Descontados	-	3.265.482,64	609.557,18	-	3.875.039,82
Financiamentos	-	303.551,16	620.006,36	749.120,37	1.672.677,89
Financiamentos Rurais	-	239.451,74	619.656,77	1.661.703,66	2.520.812,17
Adiantamento a Depositantes	127.495,92	-	-	-	127.495,92
Cheque Especial / Conta Garantida	1.741.511,01	-	-	-	1.741.511,01
Total	1.869.006,93	5.438.905,00	4.705.762,18	7.139.074,57	19.152.748,68

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica (em R\$ 1):

Atividade Econômica	Conta Corrente	Crédito Rural	Empréstimo	Títulos Descontados	Total Geral
Set. Priv. Atv. Agenciamento. Turismo	-	-	51.301	-	51.301
Set. Priv. Com. Compra. Venda. Imóveis	8.387	-	-	-	8.387
Set. Priv. Com. Compra. Venda. Veículo. Usado	9.405	-	18.922	75.262	103.589
Set. Priv. I. M. S. Caixas Pec	-	-	10.907	13.841	24.749
Set. Priv. I. M. S. Comp Seguros	47	-	-	-	47
Pessoa Física	515.140	2.233.000	4.254.864	618.625	7.621.629
Set. Priv. Atv. Emp. Agropecuária	49.511	-	365.495	508.307	923.312
Set. Priv. Atv. Emp. Comércio	276.889	287.812	1.821.755	376.554	2.763.010
Set. Priv. Atv. Emp. Indústria	165	-	29.838	183.402	213.405
Set. Priv. Outros Serviços	1.009.463	-	4.334.831	2.099.025	7.443.320
Total Geral	1.869.007	2.520.812	10.887.913	3.875.017	19.152.749

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	2.079.288,97	1.171.621,81
Constituições/Reversões no período	2.136.205,60	1.718.335,51
Transferência para Prejuízo no período	(2.667.103,27)	(810.668,35)
Total	1.548.391,30	2.079.288,97

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira	Total	31/12/2016	% Carteira	Total
Maior Devedor	1.017.876,48	5,28%	659.744,11	2,85%		
10 Maiores Devedores	4.241.627,96	21,98%	4.764.992,57	20,59%		
50 Maiores Devedores	9.904.792,99	51,33 %	12.049.122,78	52,07%		

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	4.099.323,30	3.398.356,01
Valor das operações transferidas no período	2.667.103,27	810.668,35
Valor das operações recuperadas no período	(148.586,58)	(106.668,50)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(215.263,63)	(3.032,56)
Total	6.402.576,36	4.099.323,30

h) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Adiantamentos a depositantes	169.468,04	155.306,27
Rendas de Empréstimos	3.823.325,17	4.201.841,97
Rendas de Títulos Descontados	1.324.190,38	1.753.720,71
Rendas de Financiamentos	510.401,99	690.214,26
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	235.736,90	385.436,47
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	183.452,81	-

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
E	30%	25.004,28	25.004,28	(7.501,31)	(13.000,03)
F	50%	9.473,30	9.473,30	(4.736,66)	(986,04)
G	70%	9.572,53	9.572,53	(6.700,77)	(3.876,24)
H	100%	97.894,38	97.894,38	(97.894,38)	(33.730,65)
Total Geral		141.944,49	141.944,49	(116.833,12)	(82.912,37)
Provisões		(116.833,12)	(116.833,12)	(50.430,08)	(50.430,08)
Total Líquido		25.111,37	25.111,37	32.482,29	32.482,29

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio	845.415,41	436.766,05
Despesas Antecipadas	14.341,64	50.338,78
Total	859.757,05	487.104,83

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$845.415,41, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

Recebimento	Histórico	Valor
21/06/2016	Recebimento De Dois Lotes Situados Na Quadra 10 (Dez) Do Bairro Pousoada Dos Bandeirantes.	25.600,00
21/12/2016	Imóvel Recebido Através De Alienação Fiduciária Galpão Situado A Rua Belo Horizonte 35 Centro Esmeraldas	385.566,05
31/08/2017	Lote Dado Em Doação Em No Condomínio Belvedere na Zona Urbana De Esmeraldas	360.000,00
18/12/2017	Recebimento De Veiculo Iveco Cursor 450E33T, Ano 2011, Modelo 2012, Placa AUV 3777	74.249,36
Total		845.415,41

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$14.341,64, referentes a prêmios de seguros, processamento de dados, investimentos ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB e ações do BANCOOB.

Descrição

31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	1.170.926,68
Participações instituição financeira controlada cooperativa de crédito	41.067,00
Total	1.211.993,68

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizações em Curso (*)	10%	1.992.355,69	1.176.158,87
Móveis e Equipamentos	20%	375.924,80	378.660,81
Sistema de Processamento de Dados	10%	7.653,00	9.542,04
Sistemas de Comunicação	20%	91.700,00	95.900,00
Sistema de Transportes	10%	58.788,45	58.193,45
Sistema de Segurança	20%	375.924,80	378.660,81
Total		3.781.673,20	1.718.455,17
Depreciação acumulada		(1.174.079,20)	(1.084.338,20)
Total		2.607.594,00	634.116,97

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados denominados de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou prefixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério *pro rata temporis*, já as remunerações prefixadas são calculadas sobre o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição

31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	11.672.384,92
Depósito a Prazo	25.159.476,48
Total	36.831.861,40

Os depósitos, até o limite de R\$250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas às cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Despesas com Operações de Captação de Mercado: Descrição 31/12/2017 31/12/2016 Despesas de Depósitos a Prazo 2.069.210,50 2.479.850,39 Desp. Contribuição ao Fundo Garantidor 53.033,46 44.395,76 Total Despesas com Captação no Mercado 2.122.243,96 2.524.246,15

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de

Nível / Percentual de Risco / Situação	Coobrigações	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	-	61.041,23	-
A	0,5%	(5.388,97)	1.192.805,47	(5.964,10)
B	1%	(10.375,65)	572.181,60	(5.721,72)
B	3%	(12.745,37)	71.864,64	(2.155,93)
D	10%	(901,94)	28.290,70	(2.829,08)
E	30%	(17.632,35)	913,42	(274,03)
G	70%	(0,36)	3.510,23	(2.457,16)
H	100%	(12.263,43)	0,32	(0,32)
Total		(59.308,07)	1.930.607,61	(19.402,34)

(e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIESMERALDAS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1.00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição

31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	6.780.176,31
Associados	5.744

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/71. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07 de abril de 2017, os cooperados deliberaram pela transferência para fundo de reservas com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$517.856,84.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobras /lucro líquido do exercício	301.467,07	659.628,41
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(64.802,18)	(50.385,07)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	236.664,89	609.243,34
Destinações Estatutárias		
Reserva legal	50%	(118.332,45)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	5%	(11.833,24)
Sobra à disposição da Assembleia Geral		106.499,20

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
BANCOOB	Entre 2,5% a.a. e 6,5% a.a	Diversos	1.221.246,78	778.052,56
Total			1.221.246,78	778.052,56

13. Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

empréstimos e repasses		
<u>Instituições</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bancoob	(26.419,66)	(106.124,46)
Total	(26.419,66)	(106.124,46)

SICOOB Crediesmeraldas SICOOB CREDIESMERALDAS Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Esmeraldas e Região Ltda. CNPJ: 68.512.748/0001-07 Autorização de Funcionamento - BACEN Nº 92/637										3
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Valores expressos em reais)										
20. Outros dispêndios/despesas operacionais			empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram às mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDIESMERALDAS.							
Descrição			31/12/2017	31/12/2016	Natureza das Operações Ativas e Passivas			Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas		
Descontos Concedidos em Renegociações			(199.897,28)	(149.565,43)						
Descontos Concedidos em Operações de Crédito			(6.937,61)	(31.649,71)						
Cancelamento de Tarifas Pendentes Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos			(337.439,36)	(200.245,40)						
			(2.968,08)	(2.671,20)				2,52%		
Provisão para Passivos Contingentes			(25.634,85)	(25.356,99)				2,61%		
Outras Despesas Operacionais (a)			(89.433,95)	(76.245,06)				1,97%		
Provisão para Garantias Prestadas			(49.271,41)	(16.525,81)				88,34%		
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas			(3.982,13)	(1.938,16)						
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais			(2.350,90)	(1.113,57)						
Contribuições ao Fundo de Investimento em Tecnologia da Informação			(88.057,62)	(92.357,14)						
Total			(805.973,19)	(597.668,47)						
(a) Refere-se a contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV (R\$52.111,33) e outras despesas operacionais (R\$37.322,62).										
21. Resultado não operacional										
Descrição			31/12/2017	31/12/2016						
Lucros na Alienação de Valores e Bens			13.400,00	-						
Ganhos de Capital			13.414,15	16.259,35						
Outras Rendas Não Operacionais			18.670,00	-						
Total de Receitas Não Operacionais			45.484,15	16.259,35						
Perdas de Capital			(6.010,58)	(1.507,89)						
Outras			(51.014,95)	(1.507,89)						
Total de Despesas Não Operacionais			(57.025,53)	(1.507,89)						
Resultado Líquido			(11.541,38)	14.751,46						
22. Partes Relacionadas										
As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.										
As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.										
As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.										
As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.										
Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:										
Montante das Operações Ativas			% em Relação à Carteira de Risco		Provisão de Risco					
Valores			Total							
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico			1.798.793,15	2,45%	2.851,80					
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico			271.484,03	0,37%	849,59					
TOTAL			2.070.277,18	2,81%	3.701,39					
Montante das Operações Passivas			662.733,53	1,36%						
Operações ativas e passivas - saldo em 31/12/2017:										
Natureza da Operação de Crédito			Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira de Risco	Taxa Média				
					Total					
Cheque Especial			11.867,98	268,78	2%					
Conta Garantida			22.682,71	355,65	2%					
Crédito Rural			165.638,67	1.656,38	7%					
Empréstimo			335.044,60	3.572,86	4%					
Financiamento			102.919,74	1.112,03	6%					
Títulos Descontados			86.919,49	479,15	2%					
Natureza dos Depósitos			Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média					
					- %					
Depósitos à Vista			108.584,33	0,93%	0%					
Depósitos a Prazo			420.785,37	1,67%	0,48%					
Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses,										
PARECER DO CONSELHO FISCAL										
O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ESMERALDAS E REGIÃO LTDA. – SICOOB CREDIESMERALDAS reunido em 26/01/18, em cumprimento ao capítulo VI da seção IV do art. 86, parágrafo IV, do Estatuto Social, declaramos para os devidos fins legais e estatutários, que procedemos minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ESMERALDAS E REGIÃO LTDA. – SICOOB CREDIESMERALDAS, em 31 de dezembro de 2017. Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.										
Esmeraldas, (MG), 26 de Janeiro de 2018.										
CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS:			VALDIR LARA - Coordenador do Conselho Fiscal			RODRIGO HENRIQUE CAMARGOS FERREIRA - Secretário do Conselho Fiscal			PEDRO AURÉLIO FERREIRA E MELO - Conselheiro Fiscal	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES										
Srs. Conselheiros, Diretores e Associados da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ESMERALDAS E REGIÃO LTDA. - SICOOB CREDIESMERALDAS Esmeraldas - MG										
Opinião sem ressalvas										
Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ESMERALDAS E REGIÃO LTDA. - SICOOB CREDIESMERALDAS, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.										
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.										
Base para Opinião										
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no										
Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.										
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis										
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.										
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.										
Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.										
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis										
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante,										
independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.										
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:										
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.										
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião										
sobre a eficácia dos controles internos da empresa.										
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.										
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.										
Belo Horizonte - MG, 31 de janeiro de 2018.										
BAUER AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/MG 6427										
FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER										
Contador Responsável - CRC MG 077699/O										

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sindicato dos Servidores Municipais de Monte Carmelo, Abadia dos Dourados, Estrela do Sul, Grupiara, Douradoquara, Irai de Minas, Romaria- SINSERP- de Monte Carmelo e Região, pelo presente edital, ficam convocados todos os associados deste sindicato, em dia com suas mensalidades, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, no dia 23/02/2018, às 18:00 (dezoito) horas, sexta-feira, na Câmara Municipal de Abadia dos Dourados, situada na Praça Manoel Esteves dos Santos, 320, centro, telefone (34) 3847-1200, em Abadia dos Dourados/MG, em primeira convocação, onde deliberarão sobre os seguintes assuntos: A) apresentação e aprovação da pauta de reivindicação referente à campanha salarial da categoria para o ano de 2018; B) Autorizar a diretoria do sindicato a negociar as reivindicações; C) celebrar acordo e convenção coletiva de trabalho, suscitar greve ou dissídio coletivo de trabalho; D) autorizar a diretoria do Sindicato a convocar assembleias que achar necessária a consulta geral, “aprovando o estado de Assembleia permanente”; E) Elaboração de plano de lutas, mobilização e divulgação de campanha; F) Participação nas greves nacionais contra as reformas da previdência, reforma trabalhista e projeto de terceirização. Fica estabelecido que não havendo número legal na hora marcada, a assembleia será realizada em segunda convocação, às 18:30 horas, observadas as formalidades legais existentes nos estatutos sociais do sindicato, art.24, e na legislação vigente. Abadia dos Dourados, 16 de Fevereiro de 2018. Maria Alice de Souza – Coordenadora Geral do SINSERP de Monte Carmelo e Região

EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Edificações, Mobiliário e Montagens Industriais do Alto Paraopeba, entidade sindical profissional, inscrita no CNPJ sob o nº. 25.455.544/0001-79, com sede na Rua Amélia Duarte Castanheira, 32 - Bairro São Sebastião, Município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, CEP 36.400-000, **CONTA CORRENTE : 0127 003 900714-3, Código Sindical 000.000.03734-6, Caixa Econômica Federal** em cumprimento ao disposto no artigo 605 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vem, pelo presente Edital, Notificar e Convocar todas as empresas/empregadores atuantes em um dos seguintes segmentos: Indústrias da Construção Civil, Edificações, Cimento, Cal, Gesso, Ladrilho Elétrico e Hidráulico, Cerâmica, Mármore, Granito, Olaria, Produtos e Artefatos de Cimento e Montagens Industriais; empresas/empregadores estabelecidos, ou seja, que possuem sedes, filiais ou qualquer dependência em funcionamento na Base Territorial do Sindicato, que abrange os municípios de Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Congonhas, Belo Vale, Brás Pires, Capela Nova, Caranaiá, Carandá, Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Cipotânea, Cristiano Ottoni, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, Itaverava, Jeceaba, Lamim, Presidente Bernardes, Piranga, Queluzito, Rio Espera, Santana dos Montes, São Brás de Suassuí, Senador Firmino e Senhora de Oliveira; bem como Empresas/ Empregadores atuantes no segmento das Indústrias do Mobiliário estabelecidas apenas nos municípios de Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e Congonhas; para o regular recolhimento da Contribuição Sindical Urbana Profissional referente ao exercício 2018, bem como para a regularização de recolhimentos pendentes (no caso de contribuintes inadimplentes) da referida Contribuição dos exercícios de 2013,2014,2015, 2016 e 2017, contribuição devida por força do que estabelecem os artigos 579 a 591 da CLT. O pagamento da referida Contribuição poderá ser efetuado até o dia 30 (trinta) de abril de 2018, em qualquer estabelecimento integrante do sistema nacional de compensação bancária, com a utilização de Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana - GRCSU. O não recolhimento da Contribuição à entidade sindical implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contribuição, nos 30 (trinta) primeiros dias, acrescidas de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, mais 1% (um por cento) de juros ao mês, ou fração de mês. O não recolhimento da Contribuição Sindical em foco implicará na cobrança judicial dos valores devidos, conforme exigência contida no artigo 606/CLT. Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2018. **Geraldo Magela da Silva - Presidente.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sindicato dos Servidores Municipais de Monte Carmelo, Abadia dos Dourados, Estrela do Sul, Grupiara, Douradoquara, Irai de Minas, Romaria- SINSERP- de Monte Carmelo e Região, pelo presente edital, ficam convocados todos os associados deste sindicato, em dia com suas mensalidades, a participarem da Assembleia Geral extraordinária, no dia 21/02/2018, quarta-feira às 18:00 horas, na Rua Jose Colodino, 402, Salão da 3ª Idade, Bairro Novo Horizonte, CEP 38.510-000/MG em Irai de Minas/MG, em primeira convocação, onde deliberarão sobre os seguintes assuntos: A) apresentação e aprovação da pauta de reivindicação referente à campanha salarial da categoria para o ano de 2018; B) Autorizar a diretoria do sindicato a negociar as reivindicações; C) celebrar acordo e convenção coletiva de trabalho, suscitar greve ou dissídio coletivo de trabalho; D) autorizar a diretoria do Sindicato a convocar assembleias que achar necessária a consulta geral, “aprovando o estado de Assembleia permanente”; E) Elaboração de plano de lutas, mobilização e divulgação de campanha; F) Participação nas greves nacionais contra as reformas da previdência, reforma trabalhista e projeto de terceirização. Fica estabelecido que não havendo número legal na hora marcada, a assembleia será realizada em segunda convocação, às 18:30 horas, observadas as formalidades legais existentes nos estatutos sociais do sindicato, art.24, e na legislação vigente. Irai de Minas, 16 de Fevereiro de 2018. Maria Alice de Souza – Coordenadora Geral do SINSERP de Monte Carmelo e Região.

